

Ministério da Cultura, Instituto Unimed-BH, Cemig
e Espaço do Conhecimento UFMG apresentam:

ESPAÇO ABERTO A EDUCADORES

VOLUME II



ESPAÇO ABERTO A EDUCADORES

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Apresentação

O Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG realiza atividades de atendimento ao público do museu e também mantém ações voltadas à formação de professoras e professores sobre temas das nossas exposições e outros assuntos importantes para a prática docente. Esse processo de formação acontece por meio de dois projetos. O primeiro, “**Educação na Praça**”, consiste em oficinas mensais gratuitas, aos sábados, voltadas para professores em atuação e em formação. Nos encontros, já foram abordados o ensino de astronomia nas escolas, a presença de quadrinhos africanos no mercado editorial brasileiro e as possibilidades pedagógicas de trabalhar com tais obras em sala de aula, além da presença indígena na universidade. A segunda iniciativa, nomeada “**Espaço Aberto a Educadores**”, um canal para ampliar os diálogos entre o educativo do museu com as professoras e professores da rede de Educação Básica, que pretendem levar as suas turmas de estudantes ao Espaço. Além disso, o Espaço Aberto também é um canal para compartilhar reflexões. Uma das ações propostas é uma coluna especial no **Blog do Espaço!**, com textos especialmente voltados para educadores, que trazem discussões sobre o processo de mediação, o planejamento de visitas e diversos outros assuntos pertinentes à área de educação, cultura e museologia, sendo que alguns dos textos são escritos por professoras e professores relatando os processos de pré e pós visita.

Nesse sentido, de apoiar a formação de professoras e professores, este material é um desdobramento das ações de formação de professores do Espaço do Conhecimento UFMG, sendo uma coletânea de textos publicados em nosso blog e que permitem ampliar as discussões referentes e colaborar com a consolidação Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de culturas e história afrodiáspórica¹ e posteriormente em 2018 o ensino da cultura e história dos povos indígenas no Brasil, lançamos essa coletânea de textos.

¹ Em 2008, a referida lei foi atualizada pela Lei nº 11.645 que inclui a obrigatoriedade do ensino sobre os povos indígenas no Brasil em todo o ciclo de aprendizado do aluno durante a educação escolar.

Os museus, segundo Paim e Lima (2019), são locais com caráter educacional, com uma responsabilidade social no auxílio da elaboração e implementação de políticas públicas educacionais. Assim, essas instituições, ao assumirem o posicionamento de defesa de uma política educacional ou uma perspectiva teórica, têm as suas ações educativas diretamente influenciadas por essas escolhas, e isso permite compreender como a instituição se envolve e está comprometida politicamente com a transformação social. (Paim & Lima, 2019). Deste modo, o fato do Espaço do Conhecimento UFMG ser um museu universitário só reforça a missão e a necessidade da realização de ações previstas na legislação acerca da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Referências bibliográficas

LIMA, V. de A.; PAIM, E. A. Educação museal e educação escolar: diálogos para uma sociedade antirracista. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 65-78,

Entre o Concreto e a Resistência: o quilombo urbano em Ribeirão das Neves

Texto de autoria de Rayssa Marrayne César de Sousa, bolsista de extensão do Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade e estudante do curso de antropologia.



Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em frente a igreja do quilombo.

(Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves)

Na Grande Belo Horizonte (BH), onde o concreto se ergue em uma sinfonia de sons, arranha-céus e avenidas congestionadas, residem realidades muitas vezes marginalizadas, apagadas, ignoradas e invisíveis aos olhos apressados: as comunidades quilombolas.

Os quilombos urbanos situados nos municípios da Região Metropolitana de BH compõem uma grande teia de resistência e preservação da cultura afro-brasileira, desafiando as narrativas dominantes de desenvolvimento urbano e progresso, implantadas no nosso imaginário com o intuito de construir um ideário de nação que se assemelhasse à Europa Ocidental.

Na cidade de Ribeirão das Neves, no frenesi do ir e vir, às vezes passamos despercebidos por uma linda igrejinha azul, bem escondidinha atrás de um posto de gasolina em Justinópolis.

Nessa igrejinha é onde vive a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e a comunidade quilombola de mesmo nome.

Os quilombos em Minas Gerais: suas raízes e legado

Os quilombos no estado de Minas Gerais têm uma história profundamente enraizada na resistência e na luta pela liberdade desde os tempos da colonização. Durante o período colonial e imperial, o estado foi uma das principais regiões do Brasil onde a escravidão foi intensamente praticada, especialmente devido à exploração de ouro e diamantes, umas das atividades mais rentáveis à Coroa Portuguesa na época. Diante das condições desumanas e da brutalidade do sistema escravocrata, muitos africanos e seus descendentes buscaram refúgio nas matas e pedreiras isoladas do estado, onde formaram comunidades autônomas conhecidas como quilombos ou mocambos. Minas é atualmente o segundo estado brasileiro com o maior número de quilombos, sendo o primeiro o Maranhão (BRITO, pág. 32, 2021).

“Na época do Brasil colônia, a reunião de cinco negros fugidos já era considerada um quilombo. Os quilombolas eram considerados ‘inimigos da ordem pública’, assim como os povos indígenas que reagiam aos ataques às suas aldeias, defendendo sua liberdade e seu território. O governo português chamava também de ‘guerras justas’ os ataques aos quilombos, promovendo a destruição de muitos deles.” (KISHIMOTO, pág. 47, 2015).

A formação desses quilombos foi um ato de resistência e rebeldia contra a opressão e a exploração a que estavam submetidos. Em meio às matas e serras de Minas Gerais, os quilombolas construíram suas comunidades, cultivaram suas terras, praticavam suas tradições e estabeleceram formas de organização social que lhes permitiam viver livres das covardias físicas da exploração.

A estratégia da coroa portuguesa em classificar até mesmo pequenos agrupamentos como quilombos e colocá-los inimigos da “ordem pública” evidencia a maneira como o poder colonial buscava manter o controle sobre a população escravizada e garantir a estabilidade do sistema escravista. E ao considerar qualquer forma de resistência como uma ameaça à "ordem pública", o governo justificava os ataques violentos aos quilombos e aos povos indígenas como uma forma legítima de defesa dos interesses coloniais.

Hoje, os quilombos de Minas Gerais permanecem como testemunhos vivos da resistência e da resiliência das comunidades afrodescendentes. Além de lutarem pela regularização de suas terras e pelo reconhecimento de seus direitos, muitas dessas comunidades tradicionais também preservam tradições ancestrais, como os reinados, manifestações culturais que remontam aos tempos da escravidão e têm grande significado para as comunidades. Nesse sentido, são festividades religiosas que homenageiam santos, como a Nossa Senhora do Rosário.

Quando as pessoas africanas foram traficadas de África para o Brasil na condição de escravizados, muitos, em função da repressão e intolerância aos seus costumes, organizaram-se em irmandades cristãs. Por meio delas, em dias de santos católicos, se cortejava reis e rainhas, figuras simbólicas que representavam a nobreza africana, e essa tradição persiste até hoje.



Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Ribeirão das Neves.

(Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves)

A história de Nossa Senhora do Rosário

Nossa Senhora do Rosário é uma figura venerada na tradição católica como a padroeira das Irmandades do Rosário, confrarias religiosas formadas principalmente por quilombolas e pessoas negras. Sua história está intrinsecamente ligada à escravidão no Brasil e à resistência cultural e espiritual das comunidades afro-brasileiras.

Em uma entrevista, Dirceu, capitão da Guarda de Moçambique do quilombo de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, nos conta a seguinte história de sua aparição:

“A história que a gente aprendeu, né? Que todo congadeiro conta que é uma história oral, né? Mas eu ouvi muito do meu avô, ouvi muito do Chico Rei II, que eu tive o prazer de conviver com ele [...].

E conta-se que Nossa Senhora foi achada nas águas, né? Então ela [...] apareceu nas águas pra um negro [...]. Esse negro já tava bem... Numa certa idade, cansado, né? Ele estava num beco de café, capinando perto das margens do rio e ele saiu pra fazer umas necessidades e encontrou a Nossa Senhora nas águas.

Aí ele ficou muito perplexo, muito bobo [...] e ficou, assim... cabisbaixo. Chegaram perto dele, perguntou e ele falou o que tinha visto, mas ninguém acreditava e ficou aquele negócio todo.

O capataz viu que ele tava coiso, colocou ele no tronco e bateu muito e ele confessou o que tinha visto.

O capataz chamou os dono de engenho, né? E contou pra eles a história. Falararam assim:

- Esse negro tá é contando mentira. Então vamo lá pra nós ver se nós acha.

Então pôs ele na frente, guiando o caminho e foi. Chegando lá, eles viu de longe [...] e aí ficaram pensando como que iria fazer pra tirar ela das águas.

Aí diz que juntou o povo todo lá, fez uma festa grande [...], arrumou uma banda de música pra poder tirar ela das águas. Daí tocou e ela veio chegando pra perto, até que tiraram ela das águas e levou pra fazenda e fez uma capela bonita, de ouro, e colocou ela lá. [...] No outro dia ela não tava mais não. Fugiu.

E novamente foram lá pra poder pegar ela de novo. [...] Aí colocou ela na capela e colocou um cadeado na capela. No outro dia, ela não tava lá de novo.

Fizeram isso por 3 vezes. Daí viram que não tinha jeito, né? Aí os negros juntou, eles fizeram uma reza pra ela [...] pra poder ver se ela pode nos ajudar.

Aí, chamou o capataz e falou, né? Pra conceder pra eles uma licença pra eles ir, pra poder cantar pra moça bonita na beirada, né? Das águas. Chamou o dono de engenho [...] e ele propôs:

- Cêz até podem ir, mas ocês num tem nada pra poder fazer a festa [...]. E se ocês conseguir, aí nós vai dar pra vocês um dia de folga pro cêz poder ficar com ela. Se ocês conseguir.

E foi um desafio, né? Porque eles achava que eles não conseguiam de forma nenhuma.

- Mas se ocês não conseguir, cêz vão trabalhar dobrado [...].

Eles teve que aceitar o desafio [...]. Então, eles tiveram que arrumar umas toras de pau velho no mato lá, cortaram o couro de uns bichos lá e fez um tambor.

Fez os tambor e foi pra beirada do rio cantar. Batia, batia, batia, cantava, até que ela saiu. Saiu e sentou em cima do tambor.

Aí eles levaram ela pra senzala. Chegou na senzala eles fizeram um quartinho de pau-a-pique, de vara, barreado de barro cor de sapé e colocou ela lá.

À noite eles se reuniam lá, em volta dela, pra poder rezar e ela ficou [...]. Aí os fazendeiros tiveram que cumprir com o combinado deles, né? [...] Então deu eles um dia pra poder ficar junto com ela.

Foi onde é que surgiu a festa do reinado. O povo abraçou ela e ela abraçou eles e fizeram uma festa grande. [...]

Eles cantava em língua que o fazendeiro não entendia. [...] E, as vezes, o senhor colocava um negro no tronco pra poder bater, eles batia, batia, batia e o negro não sentia nada. Ele tava batendo no negro e tava doendo na mulher dele [...]. Porque tinha muita fé em

Nossa Senhora, então ela aliviava as pancadas dele e doia na mulher.

É uma história que começou dessa forma.”

(Dirceu, Capitão da Guarda de Moçambique e diretor de patrimônio da Irmandade - entrevista 03 de junho de 2024)

Desde então, Nossa Senhora do Rosário, ao ver a situação dos escravizados, se comoveu e tem protegido seus festeiros. A história do quilombo Nossa Senhora do Rosário, localizada em Ribeirão das Neves, é um testemunho vivo da resistência, da resiliência das comunidades quilombolas e de homenagem a essa linda história de Nossa Senhora que lemos.



Altar do quilombo Nossa Senhora do Rosário.

(Fonte: Rayssa Marryne.)

A história do Quilombo e da Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Justinópolis

Os primeiros registros históricos de Ribeirão das Neves remontam ao início do século XVIII. Em 1745, Jacintho Vieira da Costa obteve a sesmaria de uma porção de terra na região central

e, em 1747, construiu a Capela de Nossa Senhora das Neves, originando o nome "Fazenda das Neves". Ao longo dos anos, a fazenda passou por várias administrações e leilões até a aquisição pelo Capitão José Luis de Andrade no final do século XVIII, marcando um novo período na história local.

A criação formal do distrito de Neves ocorreu em 1923, subordinado ao município de Contagem, e passou por várias reestruturações administrativas até ser elevado à categoria de município em 1953, desmembrando-se de Pedro Leopoldo. No processo, Neves incorporou o distrito de Justinópolis, anteriormente conhecido como Campanha.

Fundada em meados de 1891 por um pequeno grupo que se reunia para dançar o Candombe, uma dança de origem africana, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis rapidamente cresceu e se transformou em uma organização social quilombola unida por objetivos comuns de vida.

O grupo, inicialmente estabelecido na região de Areias, em Ribeirão das Neves, posteriormente se mudou para outro local dentro do mesmo município, conhecido hoje como o distrito de Justinópolis, mesmo antes da formação do município. Essa mudança foi motivada pelo recebimento de um pedaço de terra doado pela família Labanca, em 1919, fazendeiros da região que admiravam a festa organizada pelo quilombo em homenagem à Nossa Senhora do Rosário. Como forma de honrar a santa, o grupo decidiu adotar o nome de Nossa Senhora do Rosário em 1927 (BRITO, pág. 60,2021), mesmo ano em que a primeira festa de reinado ocorreu na nova capela.

A comunidade da Irmandade Nossa Senhora do Rosário enfrenta vários desafios, como a falta de comunicação com o poder público, ataques de violência, intolerância religiosa e a perda de território em função da especulação imobiliária e para um posto de gasolina em 2014, que causa diversos transtornos à comunidade. Sem falar do Rodoanel, um empreendimento recente que ameaça parte da Lajinha, um terreno municipal requerido pela comunidade para que eles possam realizar atividades de plantio e afins. Entretanto, a Irmandade permaneceu unida e determinada a preservar sua cultura e seu território. Atualmente, conta com cerca de noventa famílias cadastradas, totalizando mais de trezentos quilombolas, e continua a promover atividades culturais e educativas para seus membros e para a comunidade vizinha (BRITO, pág. 62,2021). Dentre elas, tem-se o Reinado em Honra de São Benedito, São

Sebastião, Kizomba no Quilombo e, é claro, o reinado em Honra a Nossa Senhora do Rosário de Justinópolis, além de várias oficinas e pagodes que acontecem no território. Toda programação se encontra no [instagram da comunidade](#).



(Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves)

Mesmo não residindo, de forma comum, no espaço físico da sede do quilombo, em que há apenas um lote onde se encontra a capela, os quilombolas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário continuam a manter viva sua identidade e memória afrodescendente. A essência de ser quilombola vai além do espaço geográfico em que se reside, está enraizada nas experiências compartilhadas, nas tradições culturais preservadas e na luta coletiva por reconhecimento e justiça.

O Combate ao Preconceito e reconhecimento

O preconceito e a ignorância em relação às comunidades quilombolas de congado e reinado são lamentavelmente comuns e refletem uma série de estereótipos e discriminações enraizados na sociedade brasileira. Essas comunidades carregam consigo uma inestimável herança cultural e histórica. Contudo, a falta de reconhecimento por parte das autoridades e

da sociedade em geral faz com que, muitas vezes, as comunidades quilombolas enfrentam dificuldades para ter seus direitos reconhecidos e o acesso a serviços básicos como educação, saúde e infraestrutura.

Para combater o preconceito e a ignorância em relação às comunidades quilombolas e de reinado, é fundamental promover a educação patrimonial e formal, além da conscientização sobre a história e a cultura desses grupos. É necessário também garantir o reconhecimento e a valorização de suas tradições culturais, bem como de políticas públicas que garantam seus direitos e promovam, de forma mais prática, sua inclusão social e econômica.

Enquanto o “progresso” avança implacavelmente, muitas vezes às custas das comunidades mais vulneráveis, os quilombos urbanos permanecem como testemunhas vivas das desigualdades e injustiças, mas também das resistências que permeiam nossa sociedade. Eles nos lembram que o verdadeiro desenvolvimento só pode ser alcançado quando todos têm voz e espaço para existir plenamente.



Congadeiros da Irmandade Nossa Senhora do Rosário em Justinópolis, Ribeirão das Neves.

(Fonte: Prefeitura de Ribeirão das Neves)

Por fim, venha conhecer também a exposição "Metropolitramas", do Espaço do Conhecimento UFMG. A exposição explora a rica história de formação da Grande BH, destacando também a resistência e a cultura quilombola que precede a formação dos 34 municípios. Na mostra, há uma instalação intitulada "Tramas culturais", onde os visitantes podem conhecer mais sobre as tradições, práticas e a ancestralidade que moldam as identidades das comunidades quilombolas da Grande BH.

Referências bibliográficas

BRITO, Gleice Tamires Gomes de. O lugar e a identidade quilombola: uma abordagem sobre o processo histórico da Irmandade do Rosário, em Ribeirão das Neves (MG). 2021.

Irmandade do Rosario de Justinopolis - parte ½. Ribeirão das Neves, A Barca Acervo, 2010. 1 vídeo (6min 55seg). Publicado pelo canal A Barca Acervo. Disponível em: <https://youtu.be/RFCFVdU4t6Q?si=4jYAh144DWQfvJZe>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

KISHIMOTO, Alexandre. Os quilombos em Minas Gerais na época da escravidão. In: DIAS, Paulo (Org.). O Reinado do Jatobá da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo: Associação Cultural Cachuera! 2015. p. 46-48.

LOPES, João. A história de Nossa Senhora do Rosário. In: DIAS, Paulo (Org.). O Reinado do Jatobá da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo: Associação Cultural Cachuera! 2015. p. 20-23.

ZIRIGANGA. Documentário apresentado por Dirceu Ferreira Sérgio. Ribeirão das Neves [S.I.], 2020. 1 vídeo (41min 38seg). Publicado pelo canal Sônia Assis. Disponível em: https://youtu.be/LtAdo_Jp_Pk?si=yGzQnHAp_3n1-cIS. Acesso em: 22 de abril de 2024.

[S.I.]. “História De Ribeirão Das Neves”. [S.I.]. Disponível em: <https://ribeiraodasneves.mg.gov.br/historia-de-ribeirao-das-neves/>. Acesso em 24 de maio de 2024.

Letras Indígenas - representatividade literária dos povos originários

Texto de autoria de Juliana C. L. Cavalli, aluna do curso de bacharelado em Estudos Literários e estagiária do Núcleo de Ações Educativas

Se fosse perguntado a um grupo de pessoas “o que é literatura indígena?”, é provável que muitas não saberiam a que se referir, outras poucas poderiam dizer sobre autores brasileiros que tratam da temática indígena, como José de Alencar, e um número ainda menor saberia dizer nomes de autores e de obras indígenas.

Apesar de existirem mais de 300 povos indígenas no Brasil, prevalece um grande desconhecimento sobre a diversidade sociocultural desses povos. Esse desconhecimento é ainda maior quando se trata das suas produções e conhecimentos artísticos e literários. Essa lacuna no repertório coletivo tem uma razão muito sólida para existir, que infelizmente é o preconceito racial e o apagamento das contribuições dos povos indígenas na história do Brasil, situação essa que começa a ser revertida com a inserção de representantes indígenas em cargos no sistema político brasileiro e também a chegada dos estudantes desses povos às universidades, por meio da [lei de cotas](#).

O processo de educação formal para os povos indígenas em [seus idiomas originais](#) só começou a valer a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988; antes desse momento, nas escolas indígenas o ensino se dava exclusivamente na língua portuguesa. Somente a partir da década de 1990 começam a ser gestadas políticas de educação escolar indígena diferenciadas, cujas diretrizes privilegiam a interculturalidade, o bilinguismo e a valorização dos saberes tradicionais.

Entretanto, se ampliarmos o conceito de literatura para algo que está para além de grafismos no papel, podemos compreender que mesmo antes do surgimento de textos escritos por autores indígenas, já havia uma produção literária indígena, embora não exatamente como estamos acostumados.. Ela envolve também o ser indígena e seus fazeres culturais, como a dança e a pintura corporal; e isso também é literatura.

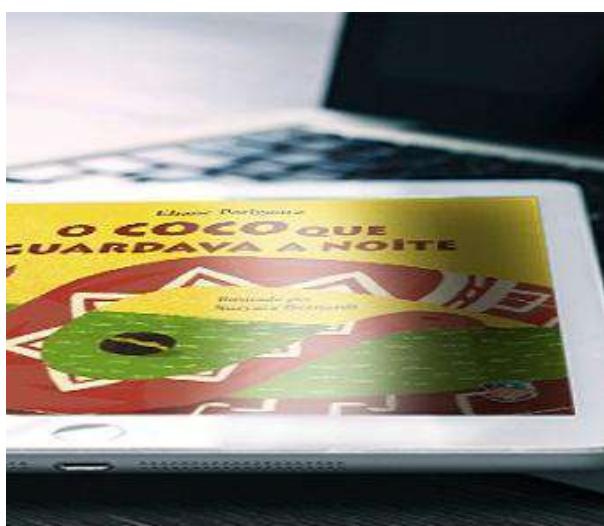
A essa literatura propriamente indígena vêm somar-se uma gama de escritores indígenas, ainda pouco conhecidos, que passaram a publicar textos escritos em português. Suas obras

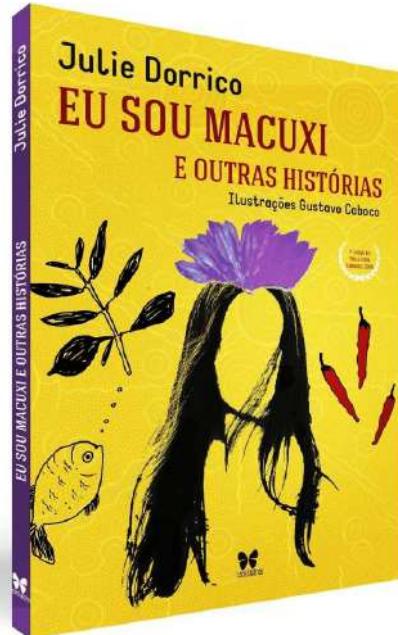
trazem aos leitores não-indígenas a sofisticação dos múltiplos saberes destes mundos, muitas vezes sem perder o sabor e as marcas da oralidade que os singularizam. Contando com a sensibilidade atual da população em prol de ampliar as vozes, afinal, é um esforço em conjunto para combater esse apagamento, eles têm ganhado visibilidade atualmente e por isso, destacamos quatro autores e obras indígenas para colaborar na ampliação dessas vozes literárias.



O primeiro é o autor **Daniel Munduruku**, autor de 56 livros, pertencente ao povo Munduruku. Graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. Tem Mestrado e Doutorado em Educação pela USP - Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Paulo. Seus livros são em sua maioria infanto-juvenis e paradidáticos. Sua obra mais conhecida é “Kaba Darebu”, sobre um menino indígena e sua vida e relações com a aldeia e a natureza.

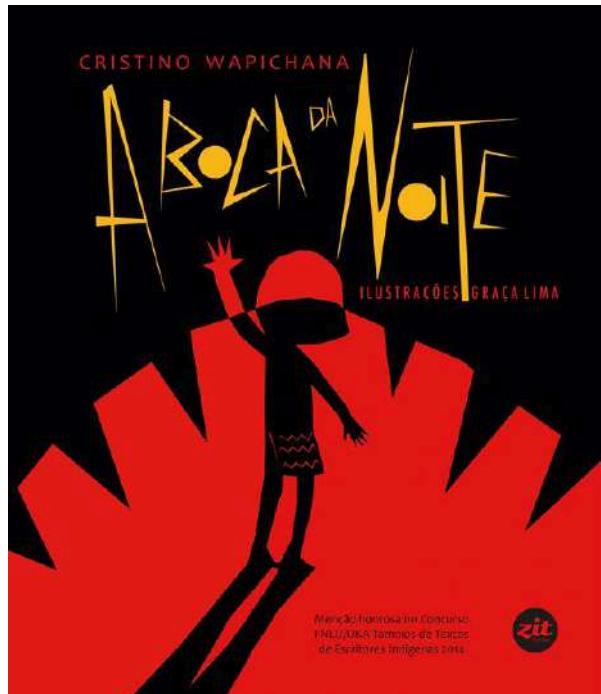
A segunda escritora é **Eliane Potiguara**. Considerada a primeira escritora indígena, Eliane também é professora e doutora *honoris causa*, título concedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em seu livro “O Coco Que Guardava A Noite”, a autora revisita uma narrativa karajá para escrever uma ficção fantástica indígena.





A mais jovem da lista é **Julie Dorrico**, do povo Macuxi. Julie descobriu sua etnia aos 26 anos e isso consolidou sua trajetória como escritora e pesquisadora de seu povo. A escritora já possui o prêmio FNLIJ/Tamboios por seu livro “Eu sou macuxi e outras histórias”; nele a autora reafirma sua identidade em sua escrita, que mistura prosa e poesia.

E por último, mas não menos importante, temos **Cristino Wapichana**, roraimense, contador de história e ativista. Ganhou o prêmio *Estrela de Prata do Prêmio Peter Pan 2018* com seu livro “A Boca da Noite”. O texto, também fantástico, mescla o cotidiano, valores e histórias da comunidade Wapichana.



A concepção de um país mais igualitário perpassa o que nós consumimos, seja por entretenimento, ou por formação pessoal. É importante combatermos os perigos de uma história única, como diz a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi “mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”.

Referências Bibliográficas

Cristino Wapichana e a arte da literatura indígena. Disponível em: <<https://www.elfikurten.com.br/2021/12/cristino-wapichana.html>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Disponível em: <<https://www.caoseletras.com/eu-sou-macuxi-e-outras-historias/p>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

DANIEL MUNDURUKU - Currículo Resumido. Disponível em: <<http://danielmunduruku.blogspot.com/p/daniel-munduruku.html>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Eliane Potiguara - Literatura Indígena - Um Pensamento Brasileiro. Disponível em: <<http://www.elianepotiguara.org.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Julie Dorrico - nas trilhas da literatura indígena. Disponível em: <<https://www.elfikurten.com.br/2021/12/julie-dorrico.html>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Formações - Polo - Itaú Social. Disponível em: <<https://polo.org.br/formacoes/cursos>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

TECNOLOGIA, T. A Boca da Noite | Grupo Editorial Zit | Loja Oficial. Disponível em: <<https://www.grupoeditorialzit.com.br/infantil/fantasia/a-boca-da-noite>>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Perspectivas indígenas sobre museus

Texto de autoria de Marciane Rocha, artesã ye'kwana, aluna do curso de Antropologia e bolsista do Núcleo de Ações Educativas

Em 2022, saí da minha comunidade para começar minha graduação em Antropologia na UFMG. Nas disciplinas do curso, comecei a estudar sobre patrimônio cultural e museus. Também me tornei mediadora em um dos museus da universidade, o Espaço do Conhecimento UFMG. Essas experiências me levaram a **refletir sobre como seria pensar um museu indígena**. Como poderíamos traduzir os conceitos de museu e patrimônio cultural para a perspectiva indígena?

Partindo da concepção de que museus são espaços que abrigam patrimônios culturais materiais e imateriais, um museu para nós indígenas **não é apenas um prédio e não é apenas uma sala**, ele é toda a aldeia, todo o território indígena. Nossa riqueza, nosso conhecimento, está por toda parte do nosso território, e está vivo. Assim como em um museu, há pessoas que têm a tarefa de cuidar desse patrimônio todos os dias. Ele não está lá à toa e não pode ser deixado sem cuidados. É nesse sentido que aldeia inteira é um museu.



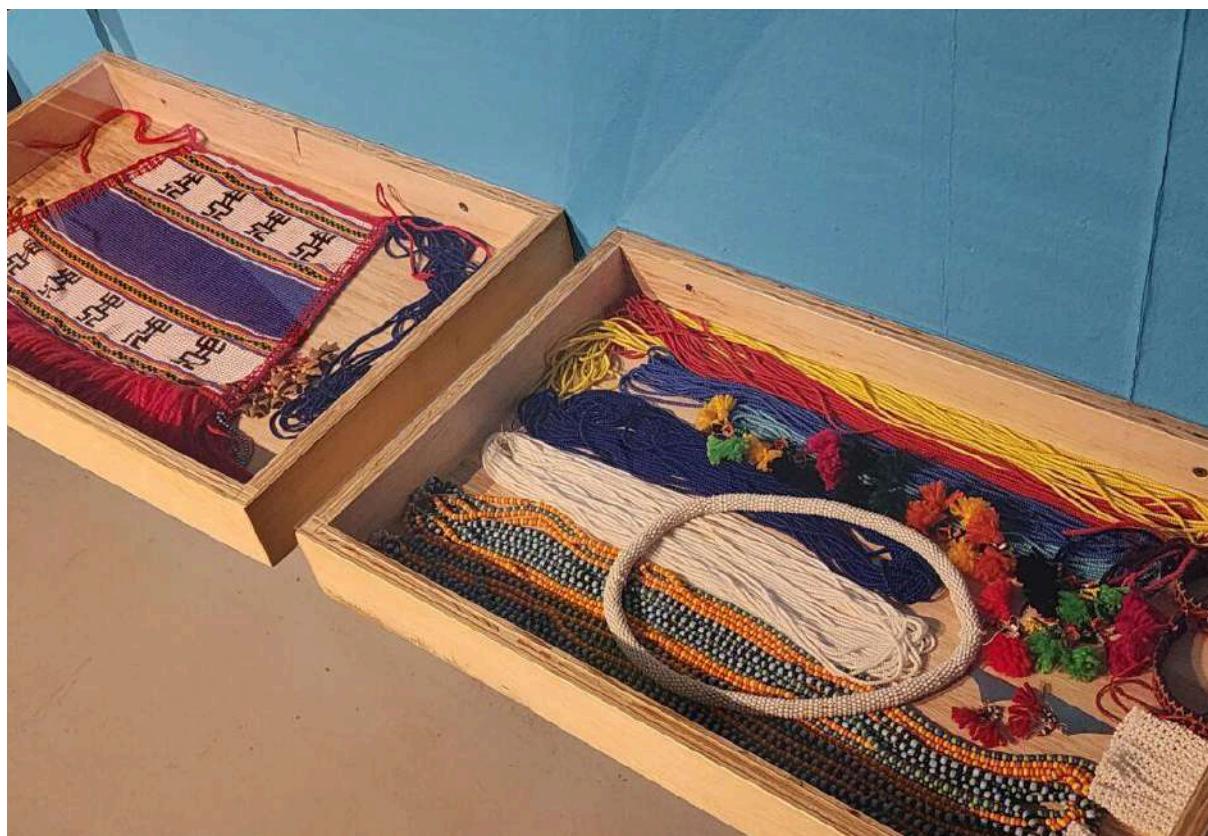
Marciane Rocha em Visita Mediada a Mundos Indígenas

(Créditos: Fernando Silva)

O conceito de patrimônio material, ou cultura material, é difícil de traduzir para nossa língua, para nosso modo de pensar, porque **os objetos que produzimos não são apenas coisas, eles têm vida dentro deles**. Isso tem a ver com o processo de fabricação dos objetos. Vou usar o exemplo de um ritual que nós povo ye'kwana fazemos, chamado *shiichu'kwä ajiimadö*. Este ritual é celebrado quando um bebê completa os primeiros meses de vida. Neste ritual ele receberá pela primeira vez os ornamentos de miçanga que nós ye'kwana usamos cotidianamente e também terá seu corpo pintado pela primeira vez, de acordo com nosso costume. Ele tocará o chão com seus pés pela primeira vez, ao ser colocado no akai, o balanço infantil que é parte de nossa tradição. Esse balanço se parece com o andador que as crianças não indígenas usam, entretanto, ao invés de rodinhas ou uma base fixa no chão, o balanço é pendurado no teto da casa por uma corda comprida e a criança pode se movimentar com segurança, apoiando seus pequenos pés no chão, enquanto brinca. Durante o ritual, um de nossos sábios que possui aichudi (cantos) cantará e soprará todos os objetos, ornamentos e pintura, e também sobre o bebê, que é pintado e ornamentado por sua mãe. É o sopro de vida do cantor e as palavras que ele canta que transformam os ornamentos, pintura e balanço em objetos de proteção para o bebê. Usando estes objetos, a criança estará protegida contra as doenças e os perigos. Não são os objetos em si, mas o canto e o sopro de vida do sábio que fazem com que estes objetos sejam capazes de proteger a criança.

Os cantos aichudi são muito importantes para nós ye'kwana. Há muitos tipos de canto: para proteção, para curar doenças, para garantir que as roças cresçam saudáveis e fortes. Os sábios e sábias de nossas comunidades são pessoas que têm cantos e usam nas mais diversas situações. Além dos cantos, usamos também certas plantas especiais para curar e proteger as pessoas. Essas plantas não são plantas comuns, elas são gente, são pessoas, mas de tipo diferente de nós humanos. Para usar essas plantas, temos que ter muito cuidado e seguir regras para coletá-las e prepará-las, do contrário, ao invés de curar, elas causariam mal às pessoas, pois a gente-planta fica aborrecida quando não as tratamos de maneira respeitosa. Costumamos colocar essas plantas dentro de pequenas cabaças, que são chamadas de *etödötoojo*. As mulheres costumam amarrar pequenos *etödötoojo* nos cestos que utilizam no trabalho na roça, também amarramos no pescoço das crianças, que usam como colar. Ao fabricar um *etödötoojo*, além das plantas, são usados os cantos *aichudi*. Também aqui são os cantos e as plantas que enchem o *etödötoojo* de vida, de força protetora. Se não fossem as plantas e os cantos, ele seria apenas uma pequena cabaça.

Quando um sábio aprende os cantos *aichudi*, estes passam a fazer parte de quem ele é. Cada vez que o sábio canta, ele dá um pouco da sua própria sabedoria e da sua própria força de vida para proteger as pessoas. Por isso, nós não permitimos que os cantos sejam gravados, escritos ou usados de qualquer jeito ou por qualquer pessoa, pois isso enfraqueceria o sábio dono do canto, que pode correr o risco de perder seu conhecimento e esquecer os cantos. Assim, os objetos que fazem parte do nosso cotidiano (as flautas usadas para fazer música nas festas, as cestas que usamos para carregar alimento da roça, os colares de miçanga, a pintura corporal, os *etödötoojo* e tantos outros) são ao mesmo tempo nosso patrimônio material e imaterial. Eles têm vida dentro deles e carregam sabedoria. **É por isso que podemos então pensar a nossa casa e a nossa aldeia como um grande museu, que guarda nosso patrimônio e o mantém vivo.**



Objetos Ye'kwana
(Créditos: Fernando Silva)

Em dezembro de 2019, o Espaço do Conhecimento UFMG inaugurou a exposição “**Mundos Indígenas**”. Na exposição, cinco povos indígenas foram convidados a apresentar um pouco de seus mundos para os não indígenas. Cada povo escolheu, através de curadores indígenas, um conceito de seu mundo para apresentar aos visitantes. Além do meu povo, participam da

exposição os povos Yanomami, Maxacali, Xakriabá e Pataxoop. Nós *ye'kwana* escolhemos o conceito de *weichö*. Acreditamos que cada povo tem o seu *weichö*, seu modo próprio de viver e se relacionar com os outros povos e também com as plantas, animais e o meio ambiente. Assim, apresentamos na exposição o *ye'kwana weichö*, em que se destacam nossa alimentação, a maneira de ornamentar nossos corpos com miçangas e pintura, as nossas narrativas *wätunnä* (que contam sobre a criação do mundo e de todos os seres que nele vivem e são transmitidas pelos nossos sábios), nossos cantos *aichudi*, as cestarias que usamos cotidianamente, os instrumentos que tocamos em nossas festas e rituais. Além dos objetos da exposição, os visitantes também podem ouvir nossa música e assistir trechos do filme *Ye'kwana Weichö*, que retrata cenas do nosso cotidiano na aldeia.



Cestaria Ye'kwana
(Créditos: Fernando Silva)

Quando fomos convidados para participar da exposição, nós fizemos uma reunião comunitária para discutir a proposta. Sempre fazemos assim quando somos convidados a participar de algum evento ou projeto. Nessas ocasiões, escutamos principalmente as palavras de nossos sábios, as pessoas mais velhas da comunidade e que tem mais conhecimento. Eles nos aconselham e nos ajudam a fazer um bom trabalho. Ao começarmos a montar a exposição, os sábios nos alertaram sobre os cuidados que deveríamos ter. Nós iríamos levar

nosso conhecimento para fora de nossa comunidade, para um museu na cidade. Como expliquei, muitos objetos que foram feitos especialmente para a exposição carregam com eles a força de vida dos artesãos e seus cantos. No filme exibido, estão as imagens e palavras de nossos sábios. **Precisávamos proteger esse conhecimento, para que ele pudesse circular com segurança fora de nossa comunidade.** Para isso, foi fundamental nossa presença durante a montagem da exposição, em Belo Horizonte. Cláudio, Salomé e o filho deles, Robélia, foram as pessoas escolhidas para levar as peças da exposição até Belo Horizonte, montá-las e participar da inauguração. Cláudio e Salomé, além de experientes artesãos, são donos de *aichudi*. Eles sabiam como proteger bem o nosso patrimônio que seria exibido no museu. Aquelas peças que estão lá estão cheias de vida e são os cantos que as mantêm vivas. É preciso protegê-las, e proteger os visitantes também. Caso elas se aborreçam com os visitantes, se elas não forem bem cuidadas, elas também podem lhes fazer mal.

Uma das peças da exposição em especial exigiu muito cuidado. Cláudio trouxe um colar masculino, feito por ele com dentes de *duukwadi*, a queixada ou porco-do-mato. Esse tipo de colar não pode ser usado por qualquer pessoa em nossa comunidade, pois ele carrega a força de vida de quem fez o colar e também a força da queixada. Junto ao colar, Cláudio trouxe um *etödötoojo* preparado com certas plantas protetoras, cantadas com *aichudi*. No texto que os curadores ye'kwana escreveram para o catálogo da exposição, a importância do *etödötoojo* é explicada:

“O colar masculino feito com dentes de *Duukwadi*, a Queixada, só pode ser exposto com a presença de um *etöödötojo*, que é uma pequena cabaça preparada por um sábio, na qual são inseridas certas plantas protetoras, sobre as quais cantos *achudi* são cantados no momento da preparação. Plantas e cantos passam a atuar de forma a proteger as pessoas da ação poderosa do colar de *Duuukwadi*, que pode causar efeitos indesejados naqueles que não estão preparados para entrar em contato com ele. A presença dos cantos contidos nas plantas do *etöödötojo* é a maneira através da qual os sábios ye'kwana permanecem cuidando dos visitantes da exposição, mesmo de longe. Estes sábios conhecem os protocolos para negociar a relação entre as pessoas e a gente-Duukwadi.” (YUDUWANA, V. C et all, 2020: 70).



Colar Ye'kwana com dentes de Duukwadi

(Créditos: Fernando Silva)

Nas disciplinas do meu curso, tenho lido sobre como museus em vários países têm sido levados a repensar suas práticas, principalmente com relação à exposição de peças indígenas. No passado distante, muitas peças foram levadas para os museus sem o consentimento dos povos que eram os donos dessas peças. Alguns museus começaram processos de repatriação das peças, devolvendo-as aos povos a quem elas pertencem. Outros museus têm negociado com os povos indígenas novas formas de manter e cuidar das peças. A experiência com a exposição “Mundos Indígenas” no Espaço do Conhecimento UFMG pode servir como um exemplo de como é possível **pensar práticas museais que sejam feitas de forma colaborativas com os povos ali retratados**. Garantir a presença e protagonismo indígena, entretanto, não deve acontecer somente durante o processo de curadoria e inauguração da exposição – deve ser mantido durante todo o tempo de duração da exposição.

No começo do texto eu disse que para nós, indígenas, no museu que é nossa aldeia, as peças também são cuidadas todos os dias por nossos sábios, que garantem que elas permaneçam

vivas, através dos cantos. Para que os museus possam receber exposições de peças como as nossas, eles devem negociar conosco as condições para que elas não morram, para que elas sejam cuidadas de acordo com nossos ensinamentos. Eu gosto de pensar que quando estou trabalhando como mediadora no Espaço do Conhecimento, também ajudo a manter nosso *weichö* vivo. As peças da nossa exposição são como se fossem meus parentes, e eu fico feliz em estar perto delas.

Referências bibliográficas

YUDUWANA, V. C.; ROCHA, V.; ANDRADE, K. V. “Weichö”. In: Ana Maria R. Gomes; Deborah Lima; Mariana Oliveira; Renata Marquez. (Org.). *Mundos Indígenas*. Belo Horizonte: Espaço do Conhecimento UFMG, 2020, p. 53-77. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/wp-content/uploads/2018/03/ec-ufmg_2020_mundos-indigenas_catalogo_web.pdf>

A relação do povo egípcio com o céu: ciência e cultura

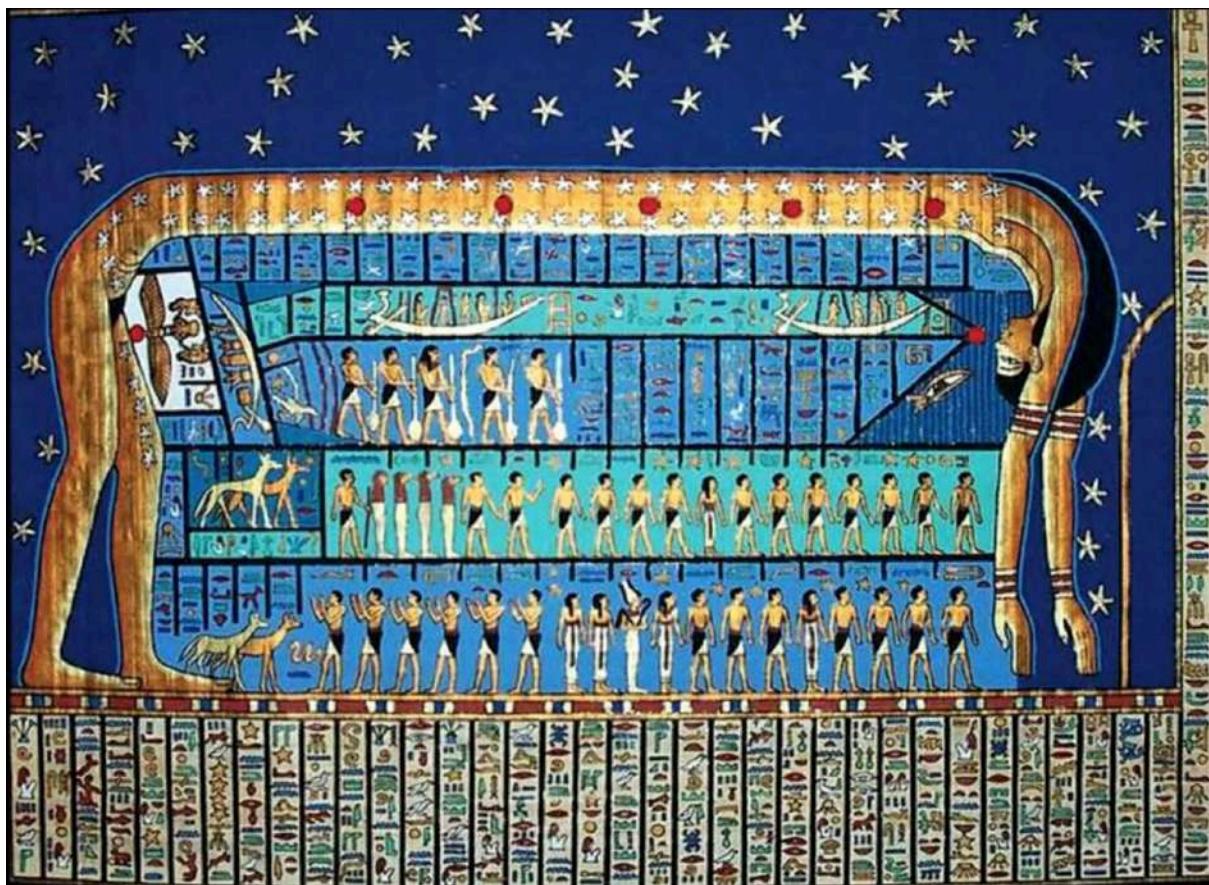
Texto de autoria Abraão Veloso, aluno das Artes Visuais, estagiário do núcleo de ações educativas e acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG

Os egípcios são um dos povos que recebem um grande destaque dentro da cultura pop, e são muitas as curiosidades sobre o Antigo Egito. Entretanto, geralmente lembramos desse povo a partir das pirâmides e das artes egípcias, um pouco dos deuses, dos hieróglifos, e às vezes paramos por aí. Mas, uma dimensão que merece ser conhecida e explorada é a relação desse povo com a astronomia! Nesse texto vamos conhecer alguns dos elementos presentes no céu egípcio.

Antes de entrar no assunto do texto, duas considerações são importantes para entendermos o Antigo Egito: a primeira é nos lembarmos de onde estavam localizados e a segunda é das suas crenças. O povo egípcio se estabeleceu nas terras próximas ao rio Nilo, localizado no continente africano. Como grande parte das produções culturais consumidas no Brasil que fazem referência ao Antigo Egito é protagonizada por pessoas brancas, existe uma dificuldade de associação dos egípcios à África. Há uma grande discussão sobre a etnia dos egípcios, e um texto que aborda melhor este assunto está [aqui](#).

Em relação à espiritualidade, os egípcios eram politeístas, ou seja, cultuavam vários deuses. Os deuses egípcios representam diversas dimensões da vida, e isso acontecia também quando o assunto era o céu. O que conhecemos como astronomia egípcia foi desenvolvido principalmente entre 3500 e 2580 a.C., e está relacionado não só à espiritualidade, mas também à economia e às questões práticas do dia a dia.

Para eles, o céu era composto pela deusa Nut! A deusa foi separada de seu irmão e esposo Geb, que é a própria terra, por Shu, pai dos dois e deus do ar. Assim, Nut ficava posicionada de forma que seus pés e mãos tocassem o chão, enquanto o restante do seu corpo, representado sempre com muitos astros e estrelas, forma um grande arco sobre a terra.



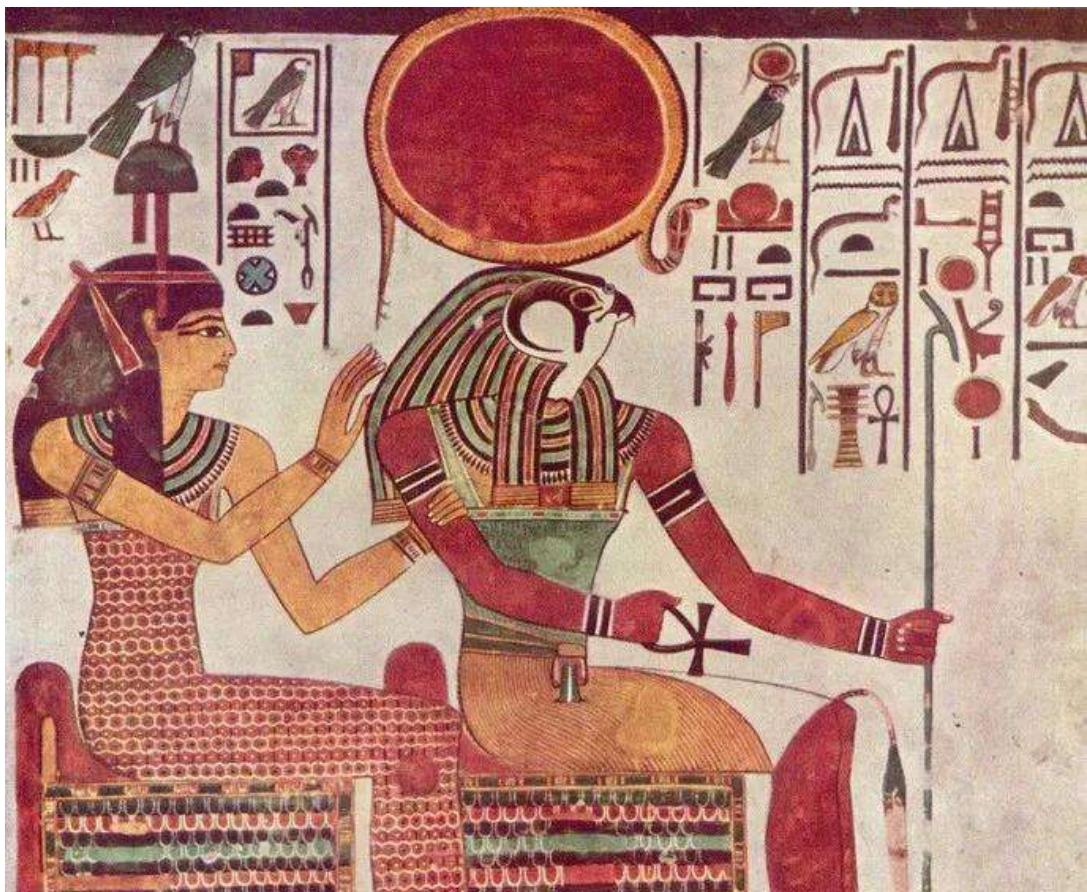
Representação de Nut.

(Fonte: [Britannica](#))

Já o Sol era o próprio deus Rá, sendo uma das figuras divinas mais importantes, uma vez que marcava o ritmo de vida dos egípcios. O seu movimento diurno era entendido e representado por um percurso de barco no céu e durante a noite Rá e o seu barco são engolidos por Nut. Somente no dia seguinte é que Rá renasce para fazer todo esse percurso novamente.

Outro fato interessante que surge a partir da observação do Sol é a figura popular que existe do besouro quando o assunto é Egito. O besouro estercorário, que também recebe o nome aqui no Brasil de “rola-bosta”, como tem a característica de cortar fezes de animais específicos para alimentação durante a manhã, e recolher em formato de bolas durante o fim do dia, esse movimento ficou associado, como um amuleto, ao movimento diurno do Sol.

Como representava o Sol, Rá está relacionado também com o eclipse solar. Esse acontecimento era entendido como uma guerra entre este deus e Apófis, uma criatura em formato de cobra. Apófis persegue a barca de Rá com o objetivo de destruí-la, e quando quase consegue e cobre sua luz, é quando acontece o eclipse.



Desenho de Rá, com seu cetro e sua cabeça de falcão, encontrado na tumba da rainha Nefertari (1290-1254 a.C.).

(Fonte: [Hipercultura](#))

Já em relação à Lua acreditava-se que as almas faziam sua passagem para o mundo espiritual passando por ela em um barco para chegar ao céu.

Para os egípcios, haviam algumas estrelas e constelações que podemos considerar que eram importantes, que são encontradas em representações estelares em tumbas faraônicas: elas são Órion, Cassiopeia, Sirius, Ursa Maior e Cisne. Para ver imagens diversas de tumbas do Antigo Egito, como do Templo de Hator e de Seti I, clique [aqui](#).

Na constelação de Órion, inclusive, é onde estão as estrelas que chamamos aqui no Brasil de Três Marias. Acredita-se que as famosas Pirâmides de Gizé, do Egito, sejam uma representação dessas três estrelas (que nunca estiveram alinhadas de forma exata em cima do topo das pirâmides como algumas pessoas já chegaram afirmar e acreditar), e talvez, a esfinge possa também representar a própria constelação de Leão.

Já a estrela Sirius, a estrela mais brilhante que temos no céu noturno compõe a constelação de Cão Maior, recebia o nome de Sopdet ou Sótis, uma deusa responsável por anunciar as inundações do Nilo. Isso porque essa estrela, fica ofuscada pela luz do dia, torna-se visível novamente no céu pouco antes do nascer do Sol na época do ano em que as cheias do rio começam a acontecer. A deusa é também a protetora do tempo, da agricultura e da fertilidade. Além disso, Sopdet também marca o início da primeira estação do calendário egípcio, chamada de Akhet.



Uma deusa estelar, possivelmente Sopdet, 1300 a.C., no túmulo de Seti I.

(Fonte: Stringfixer)

Os planetas também tinham lugar na cultura egípcia! No teto da câmara mortuária de Ramsés, datado em 1300 a.C., temos representados cinco planetas visíveis a olho nu: Júpiter, Saturno, Marte, Mercúrio e Vênus.

Hórus, um deus falcão de pé sobre sua barca e com uma estrela na cabeça, era o planeta Júpiter, recebendo também as denominações de “servidor do sul” e “a estrela

resplandecente”. Um aspecto de Hórus também representava Saturno, representado como um deus com cabeça também de falcão, e denominado como “a estrela oriental que atravessa o céu”. Outro aspecto de Hórus era Marte, chamado de “Hórus Vermelho”. Já ambos os planetas Mercúrio e Vênus recebiam duas denominações iguais dependendo do horário do dia, sendo chamados de estrela da manhã e estrela da tarde.

Essas informações são conhecidas por conta de traduções de hieróglifos, vistas nas inscrições do rei de Merenra. Grande parte do conhecimento que temos sobre os egípcios antigos vêm das traduções e estudos desses hieróglifos e das imagens gravadas encontradas.

Todos esses deuses comentados, e outros tantos mais, eram fortemente cultuados até o século 4, sendo que hoje, a maior parte do Egito é muçulmana, outra parte cristã, restando uma porcentagem baixa de pessoas que estão inseridas em outros contextos religiosos.

Essas são apenas algumas das considerações da astronomia e da cultura egípcia, sendo que se expande para mais deuses e mais ocorrências cotidianas práticas, como a elaboração do calendário, de relógios de sol, entre outros. Para saber mais dessas características acesse as referências listadas abaixo.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, Pedro; TRINDADE, Thayná. O embranquecimento histórico do Egito Antigo. Geledes, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-embraquecimento-historico-do-egito-antigo/>>. Acesso em: 5 de outubro de 2022.

CORDEIRO, Tiago. Gregos e egípcios ainda acreditam nos deuses de sua mitologia?. Mundo estranho, 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/gregos-e-egipcios-ainda-acreditam-nos-deuses-de-sua-mitologia/>>. Acesso em: 8 de outubro de 2022.

VIEIRA, Nathan. Deuses da astronomia | Como os egípcios interpretavam os astros. Canaltech, 2020. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/curiosidades/como-os-egipcios-interpretavam-os-astros-167312/>>. Acesso em 4 de outubro de 2022.

Neves MCD. ASTRONOMIA – A ASTRONOMIA NO EGITO: A REPRESENTAÇÃO DO CÉU NA TERRA. arqmudi [Internet]. 26º de abril de 2012 ;5(1):44-7. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/16954>>. Acesso em 02 de outubro de 2022

ASTRONOMIA OBSERVACIONAL. Astronomia egípcia. YouTube, 5 de julho de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wYnFToQNYf4>>. Acesso em 5 de outubro de 2022.

COSTA, Márcia Jamille. A Estrela Sirius no Egito Antigo. Arqueologia Egípcia, 2017 Disponível em: <<http://arqueologiaegipcia.com.br/2017/08/12/a-estrela-sirius-no-egito-antigo/>>. Acesso em 6 de outubro de 2022.

Lei de Cotas – Passos em Função da Igualdade

Texto de autoria de Juliana Cristina Lopes Cavalli, aluna do curso de graduação em Letras e estagiária do Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade

“A abolição da Escravatura foi, na verdade, uma condenação perversa dos africanos e seus descendentes brasileiros, pois, implicou num futuro de humilhações, falsa cidadania e exclusão.” Abdias do Nascimento

O Brasil não apenas foi um dos **últimos países da América Latina** a abolir o tráfico de africanos para escravização, como também o que mais importou mão de obra escrava africana. Ainda que o documento assinado pela princesa Isabel indicasse “É declarada extinta a escravidão no Brasil”, simplesmente desfazer esse trato cruel, sem conceder compensações financeiras ou concessão de terras por todos os anos de trabalho forçado e gratuito, estabeleceu e aprofundou diferenças sociais que hoje **ainda prejudicam pessoas negras**.



(Fonte: Free Images)

300 anos de escravidão trouxeram **consequências excludentes**, afinal, a ‘libertação’ jogou os ex escravizados diretamente no desemprego e na falta de moradia. Poucos eram os negros alfabetizados, suas práticas religiosas e culturais eram coibidas pela legislação e o preconceito pela cor não deixou de existir apenas pela assinatura de um papel. Negros ainda eram vistos como escravizados e não como pessoas. Como mercadoria, não tinham direitos, eram vistos apenas como objeto de uso.

Teoricamente, 132 anos separam este período até os dias de hoje, mas na prática, ainda temos uma parcela significativa de pessoas negras morando em regiões distantes dos centros urbanos, muitas vezes sem acesso a itens comuns aos cidadãos, como **educação, cultura, lazer ou, até mesmo, saneamento básico**. Foram poucas as políticas públicas com pretensões de tornar menor esse abismo entre brasileiros brancos e negros, pelo contrário, as leis estabelecidas acabavam criminalizando as pessoas negras por toda ou qualquer ação delas:

Lei contra feiticeiros – 1805 – era proibido o uso de objetos católicos para celebrar outra fé, a ironia é que os negros também não podiam usar seus próprios aparatos religiosos para professar suas religiões africanas.

Lei de terras – 1850 – a terra para cultivo e moradia só poderia ser apropriada por venda, os negros não tinham dinheiro, portanto, não tinham terra.

Lei do Ventre Livre – 1871 – os filhos das escravizadas eram libertos, porém, precisavam da mãe para cuidar, então acabavam sendo usados como mão de obra gratuita mesmo assim.

Lei do Sexagenário – 1885 – previa a libertação dos escravos a partir dos 60 anos, mas a expectativa de vida não passava de 30 anos.

Alvará para terreiros – 1972 – lei da Bahia que obrigava terreiros de Umbanda e Candomblé a conseguirem autorização de uma delegacia específica para funcionamento, sendo que nenhuma igreja jamais precisou de autorização para acolher os fiéis.

Após muita luta dos **movimentos antirracistas**, principalmente através das pressões e ações do Movimento Negro Brasileiro, foi dado prosseguimento às demandas educacionais formuladas pelas primeiras entidades negras de repercussão nacional, como a União dos Homens de Cor (UHC) de 1943, denunciando a falta de pessoas negras nas universidades brasileiras e em outros espaços de tomadas de decisão e poder.

“Em 1993, o percentual de indivíduos brancos que frequentava ou havia frequentado o ensino superior era de 11,2%, ao passo que no caso dos negros esse percentual era 4 vezes menor (2,8%) (KARRUZ, 2018, p. 410)”

No governo de Fernando Henrique Cardoso (na década de 1990), finalmente as discussões raciais começaram a ser abertas a amplas camadas da sociedade. Até que no dia 29 de agosto de 2012, a **lei 12.711/2012, a Lei de Cotas** entrou em vigor. A lei prevê que metade das vagas nos ensinos superiores e técnicos sejam reservadas para estudantes do ensino público, sendo que essa parte é dividida entre estudantes de baixa renda e a outra entre candidatos negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. [\(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016\)](#).

Essa política tornou possível que muitos brasileiros **finalmente pudessem ingressar no ensino público**, muitos sendo os primeiros de suas famílias a ter acesso a um curso e um diploma de nível superior. O acesso a oportunidades de ampliação de visões culturais, possibilidade de ascensão social, ou simplesmente, a experiência universitária, pertenciam majoritariamente a um tipo de corpo e classe social bem mais alvo e abastado. Para um país cujos níveis de desigualdade social são discrepantes, ações como a lei de Cotas podem ajudar a **reparar esse abismo, oferecendo possibilidades de crescimento social e financeiro**, até que, finalmente, os grupos sociais possam se equiparar e daí sim, haver um tratamento justo para todos.



(Fonte: Unsplash)

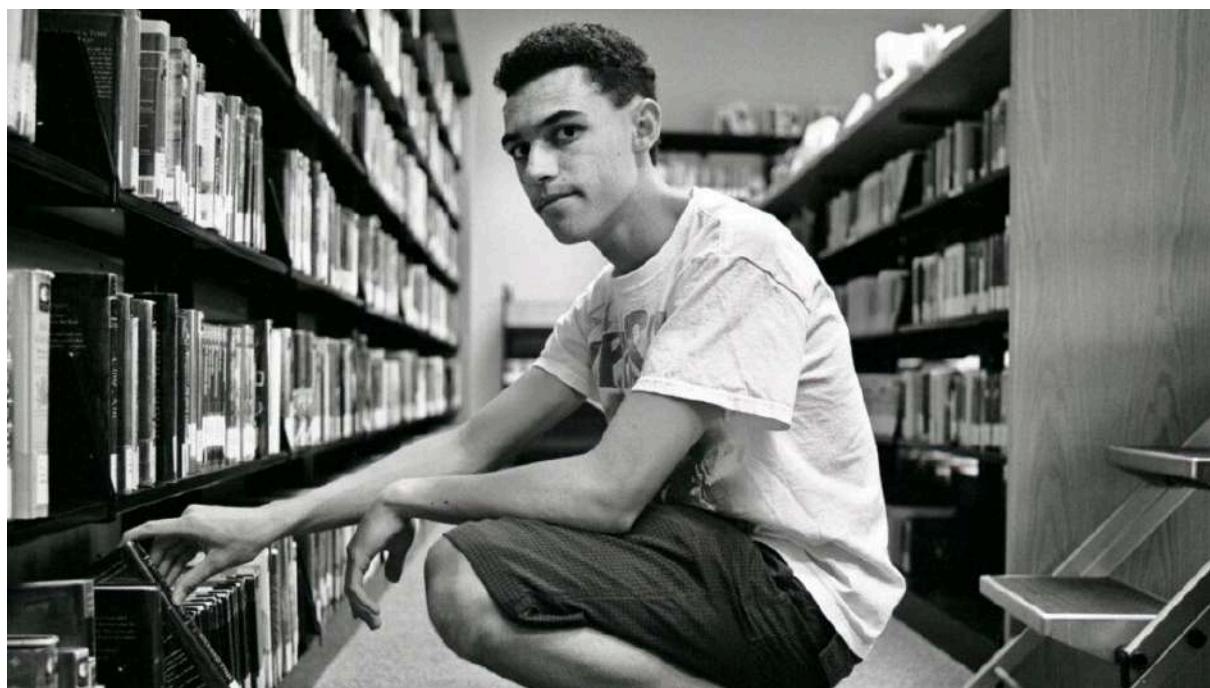
De 2012 a 2017, a proporção de pessoas com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos também se tornou predominante, passando de 48,5% para 54,1%. No primeiro semestre de 2018, a categoria de renda familiar mais frequente na UFMG foi a de dois a cinco salários mínimos, correspondente a 35,7% dos estudantes[...] – (Revista Diversa 2019)

Além de ser um ganho para as universidades, afinal, a diversidade de perfis torna o ambiente acadêmico plural, trazendo novas possibilidades de pesquisa, pois cada estudante traz consigo

suas experiências e interesses. E estudos já provaram que **o desempenho dos alunos cotistas é equivalente aos alunos de ampla concorrência** e, em determinadas áreas, chega a ser **superior**, como indica uma pesquisa feita pela Fundação Mendes Pimentel (FUMP), órgão responsável por assistir aos estudantes da UFMG:

No curso de história, por exemplo, a média das notas dos cotistas é 89% maior do que quem entrou pela ampla concorrência. Em ciências da computação, a nota deles é 58,14% maior. Na engenharia de controle e automação, 52,94% e, em medicina, a nota dos cotistas é 50% melhor. – (Junia Oliveira – Estado de Minas 01/05/2015)

Entretanto, apesar de **10 anos de implementação da lei**, certa desinformação ainda está atrelada a ela. Alguns, por ainda terem um ideal meritocrático, têm o pensamento equivocado de que a lei é discriminatória ou segregatória, já que acreditam que as pessoas só recebem aquilo que se esforçam para ter. O que não é uma verdade completa, visto que historicamente, pessoas negras sempre estiveram subjugadas a condições de pouco acesso à educação e a cultura, residindo em regiões periféricas e expostas a condições de violência, essa ideia de ‘fazer e merecer’ não é possível de ser aplicada na vida real da maneira imaginada.



(Fonte: Unsplash)

A pretensão de determinados grupos é retirar o caráter racial da lei, demonstrando, no mínimo, uma leve falta de conhecimento da mesma (uma vez, que ela abarca não só negros e pardos, como pessoas de baixa renda, indígenas e Pessoas com Deficiência), e no máximo um discurso disfarçado de que “não há racismo no Brasil” e “somos todos iguais”.

É um momento crucial e toda a população brasileira deve estar atenta para que não haja a possibilidade de que se perca esse direito tão importante para todos. Em 2022, após 10 anos por um caráter previsto na própria lei, ela passará por uma revisão e há parlamentares dispostos a diluir ou até mesmo extinguir o programa. Embora, por um aspecto legislativo, a Lei de Cotas não possa ser desfeita, sem que outra lei a substitua, os esforços, tanto da comunidade acadêmica, quanto em geral, devem ser para o ampliamento e permanência dos estudantes.

A Lei de Cotas se provou capaz de **oferecer sonhos e oportunidades**, enquanto refaz um pouco da dívida profunda que o país tem para com os afrodescendentes. Precisamos de mais políticas inclusivas e reparadoras, a fim de continuar que as instituições públicas, sejam para todas e todos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ana Rita. É a cara do Brasil. *Boletim*. No 2.043 – Ano 45 – 3 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2043/e-a-cara-do-brasil>. Acesso em 09/08/2022.

BAPTISTA, Rodrigo. *Lei de Cotas tem ano decisivo no Congresso*. Agência Senado. Publicado em 11/2/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em 09/08/2022.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. *Revista de Informação Legislativa*: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p.

11-35, jan./mar. 2021. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11

GOMES, N. et al. Ações Afirmativas de Promoção da Igualdade Racial na Educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade* [online]. 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.258226>

LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

NASCIMENTO, A; NASCIMENTO, E, NASCIMENTO. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938 – 1997. In: GUIMARÃES, A; HUNTLEY, L. Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil. SP : Paz e Terra, 2000. P 203 – 235.

Os dez mitos sobre as cotas. <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53> Acesso em 23/08/2022.

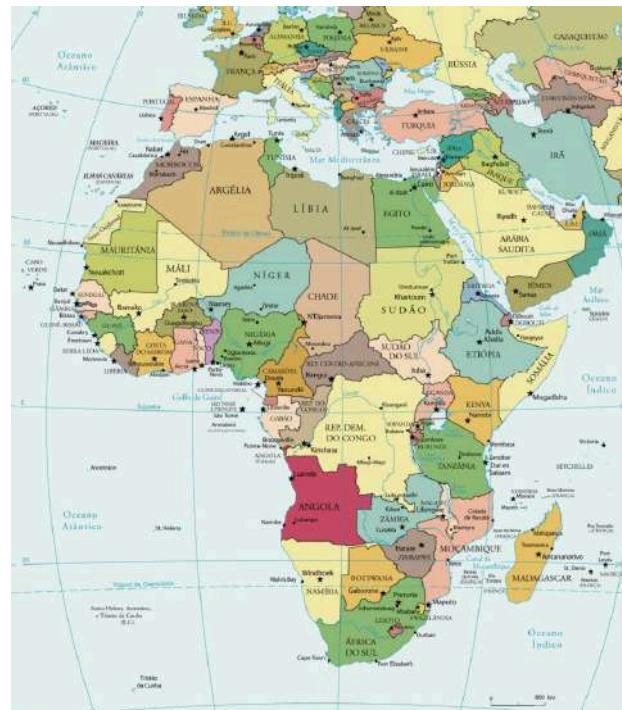
OLIVEIRA, Junia. *Desempenho de cotistas na UFMG é igual ou superior aos demais alunos.* Estado de Minas. Postado em 01/05/2015. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2015/05/01/internas_educacao,643018/desempenho-de-cotistas-na-ufmg-e-igual-ou-superior-aos-demais-alunos.shtml. Acesso em 23/08/2022.

Tecnologia Ancestral Africana: Símbolos Adinkra

Texto de autoria Abraão Veloso, aluno das Artes Visuais, estagiário do núcleo de ações educativas e acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG

Sabe aquela sensação de quando a gente descobre informações sobre algum objeto que sempre usamos, uma imagem que sempre vemos no dia a dia, e tudo parece fazer mais sentido? Se você não conhece o que são os **Adinkras**, é possível que você tenha essa sensação ao longo deste texto!

Os Adinkras são um **conjunto de símbolos pertencente ao povo Ashanti**, atualmente localizados principalmente nos países Gana, Burkina Faso e Togo, na África Ocidental, mas também estão presentes em outros lugares do globo, principalmente em consequência dos processos das diásporas africanas. O nome desse povo também recebe outras grafias, sendo as mais comuns Asante e Ashanti, mas também encontramos variações como Axante, Achanti, Axânti, entre outros. Além disso, os Ashanti fazem parte de um conjunto de povos denominados de Akan! Os Ashanti se destacaram, dentre outros motivos, por conta do intenso comércio de ouro extraído das minas de sua região de origem.



Mapa político do continente Africano

(Fonte: Guia Geográfico)

Os Adinkras são, também, **um conhecimento e uma tecnologia ancestral africana**, que trabalha no campo da linguagem. Nesse sentido, são ideogramas que expressam valores tradicionais, ideias filosóficas, códigos de conduta e normas sociais. Podem ser divididos em algumas categorias, como animais, seres humanos, objetos artesanais, corpos celestiais, plantas e ideias abstratas. A palavra Adinkra tem um significado de despedida na língua Twi do povo Ashanti. O sufixo “Kra” é traduzido como alma, então Adinkra é como um adeus à alma. Assim, esses símbolos estão relacionados a funerais, nessa cerimônia as roupas utilizadas pelos participantes eram estampadas com os símbolos como uma mensagem à pessoa falecida.

Ao longo do tempo, o conjunto de símbolos sofreu alterações em relação aos seus usos, além do surgimento de novas figuras e se espalhou pelo mundo. Nesse sentido, passou a ser utilizado também em contextos menos formais, como roupas de uso cotidiano, jóias, paredes, objetos, e chegaram ao Brasil também aparecendo nesses contextos. O que encontramos com mais facilidade é o Adinkra de nome **Sankofa**, geralmente em portões, grades, estampas e tatuagens. Este Adinkra simboliza um pássaro que olha para trás, e significa algo parecido com “volte e pegue” ou “voltar para buscá-la”, nos ensinando o valor de aprender com o passado para a construção do presente e do futuro. Na ilustração abaixo podemos ver três variações do Sankofa, sendo que a segunda e a terceira são estilizações duplicadas do primeiro.



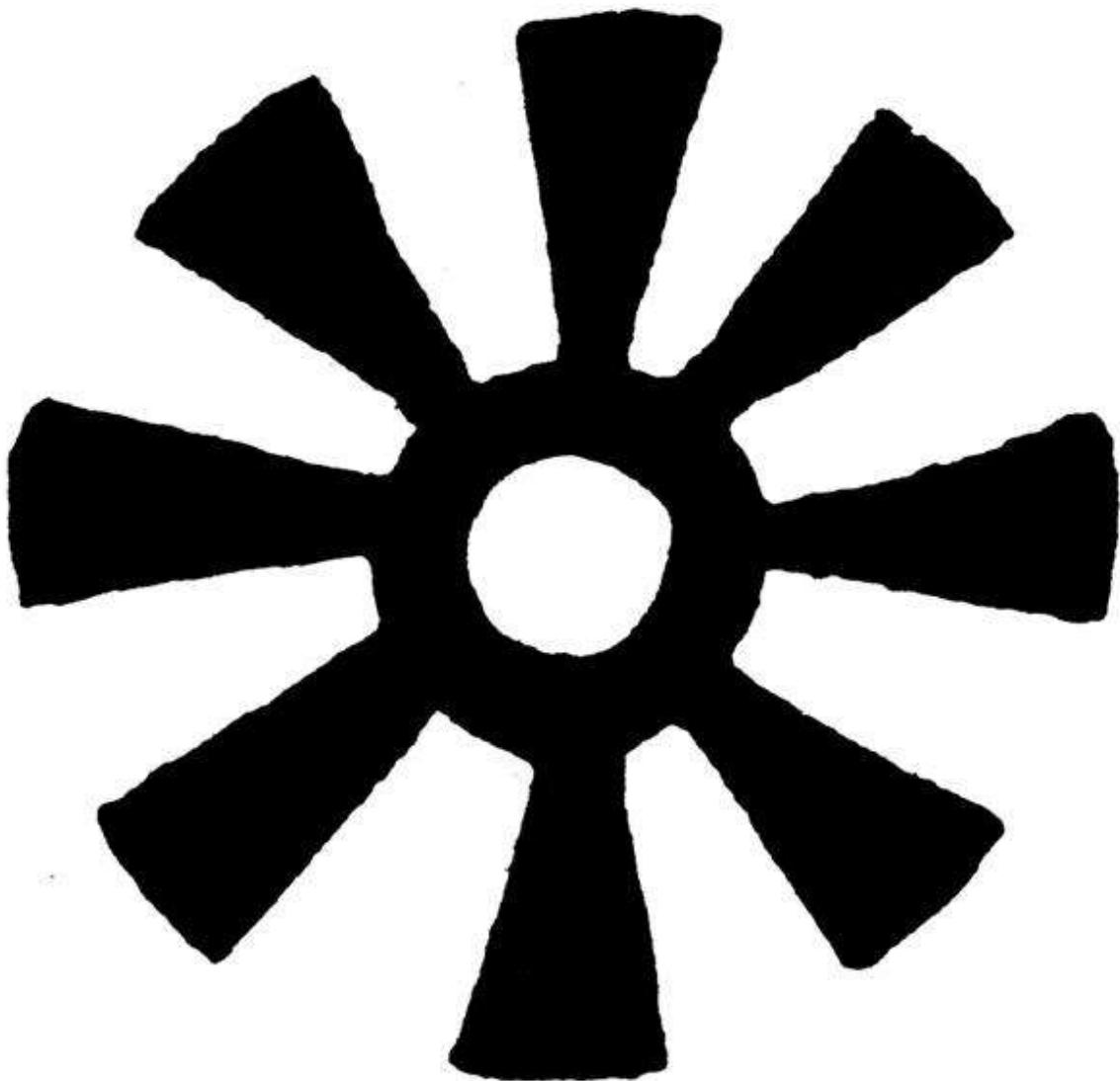
Sankofa
(Fonte: IPEAFRO)



Sankofa em portões

(Fonte: *Segredos do Mundo*)

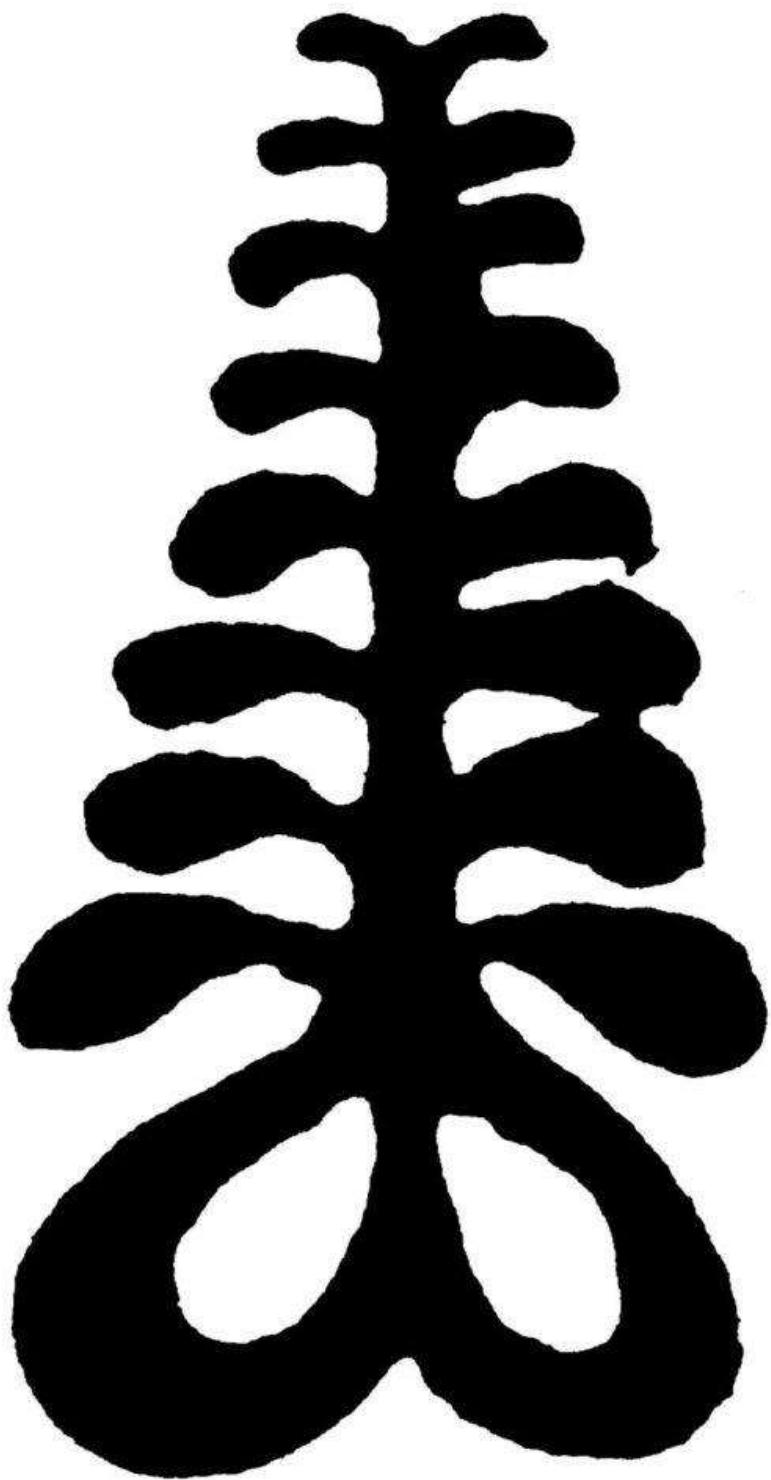
Dentro de uma das histórias dos povos Akan contadas na oficina Histórias da África de A a Z no Espaço do Conhecimento UFMG, o personagem mais icônico é Ananse, uma aranha que se tornou a dona de todas as histórias existentes após cumprir uma missão dificílima dada por Nyame, a divindade Akan responsável pela criação. Em função dos seus feitos, Ananse, possui seu próprio Adinkra, o **Ananse Ntontan**. O símbolo é a estilização de uma teia de aranha e carrega os significados de sabedoria, de criatividade e das complexidades da vida.



Ananse Ntontan

(Fonte: IPEAFRO)

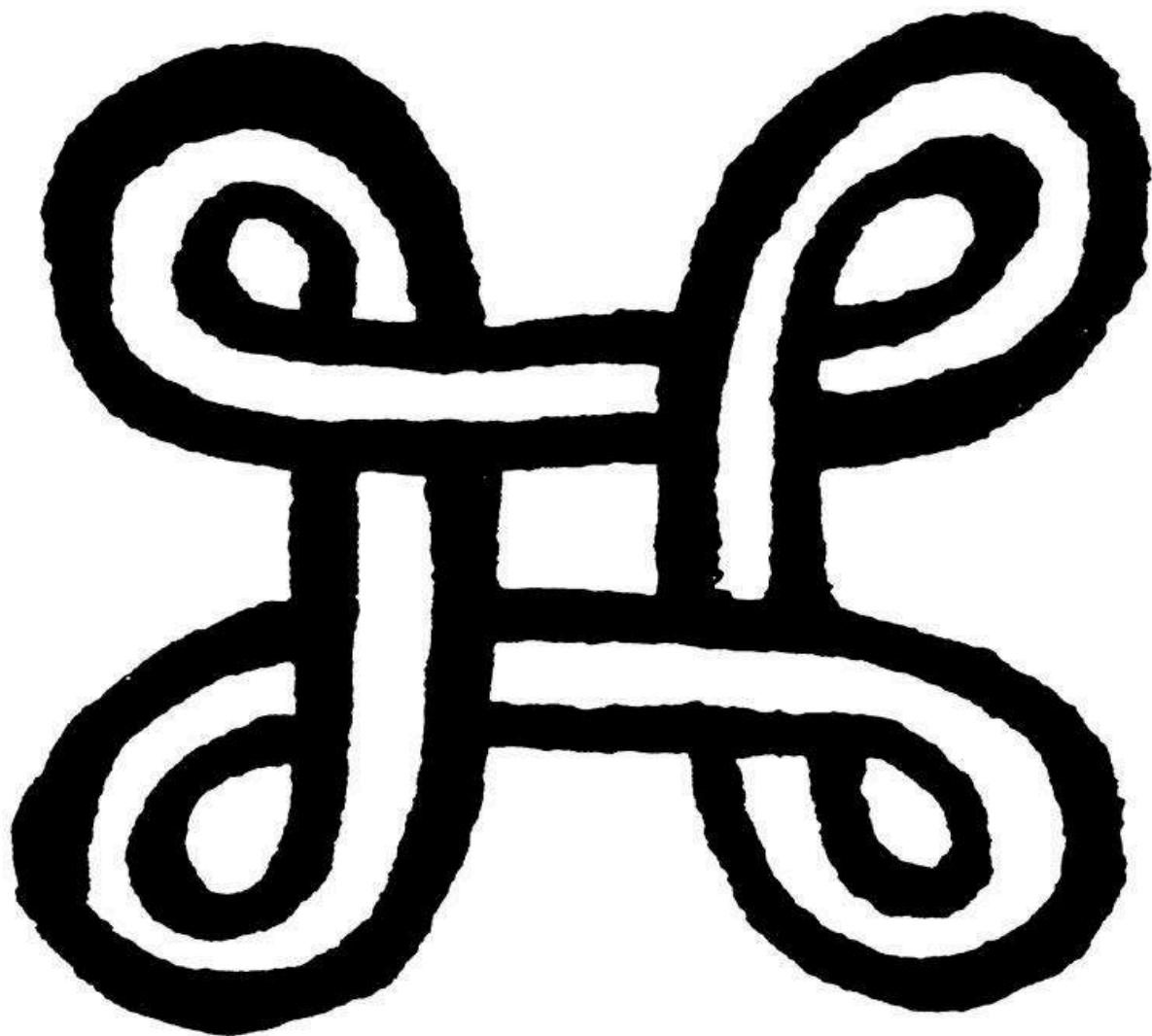
Outro Adinkra bem difundido é o **Aya**, que está na categoria das plantas e é uma estilização da samambaia. Esta planta possui o caráter de crescer em lugares difíceis, e portanto este Adinkra é símbolo de independência, resistência, perseverança e desenvoltura, sugerindo essa superação de dificuldades.



Aya

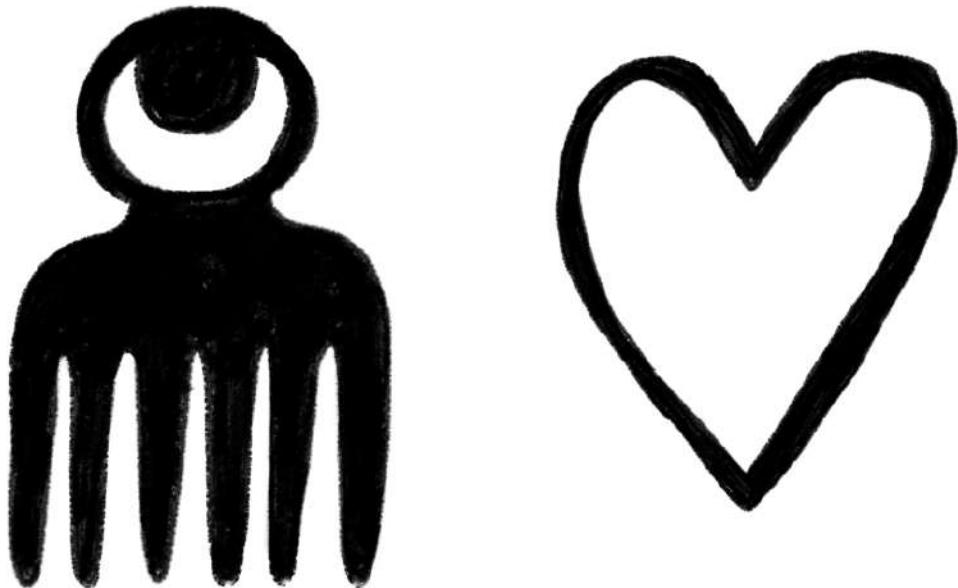
(Fonte: IPEAFRO)

Existe também o **Mpatapo** é o nó da pacificação, sendo símbolo da reconciliação. Já o **Duafe** é um pente de madeira que traz o significado da limpeza, beleza e também de características associadas ao feminino, como amor e cuidado. Até mesmo o símbolo clássico do coração é também um Adinkra, o **Akoma**, sendo símbolo do amor, paciência, fidelidade, carinho, resistência, boa vontade e consistência.



Mpatapo

(Fonte: IPEAFRO)



Duafe e Akoma

(Fonte: Autor)

Uma questão interessante sobre entender os Adinkras é o reconhecimento da diversidade das escritas africanas. Apesar de termos no imaginário a oralidade como um regente de transmissão de conhecimentos em África, e muitas vezes perigosamente a ideia de que este continente não gerou formas de registro material, a escrita também é tão presente quanto, somente não foi reconhecida séculos atrás de imediato por colonizadores e em consequência, pouco discutidas, estudadas e valorizadas ao longo do tempo, criando um pensamento coletivo distorcido desse continente. Outro lembrete desses registros é a escrita egípcia Medu Neter, uma das mais antigas registradas na história da humanidade que conhecemos pelo nome de hieróglifos.

É também interessante (e também complexo) considerar a longevidade desses símbolos, pensando o quanto uma escrita tão rica se tornou tão popular, mas ao mesmo tempo com um grande apagamento de seus significados. Além disso, refletir sobre quem fez todos esses trabalhos com os Adinkras em portões e grades ao longo da história, de forma tão habilidosa, principalmente com o uso do Sankofa, pode ser também um bom exercício. Mas esse já é assunto para outro texto!

E aí? Você já conhecia esses símbolos? Conseguiu identificar algo na sua casa ou na vizinhança? Manda pra gente um relato ou registro nas nossas redes sociais! Para conhecer alguns outros símbolos Adinkra e seus significados, indicamos o acervo digital dos Adinkra do IPEAFRO (Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros), disponível [aqui](#), e também uma lista de símbolos no site da marca Adinkrabrand, disponível (em inglês) [aqui](#). Além disso, no Espaço do Conhecimento UFMG, acontece uma atividade intitulada Histórias da África de A a Z, em que são apresentadas histórias dos povos Akan, Egípcios, Yorubá e Zulu. Essa contação de histórias busca contribuir para a reflexão das diferenças culturais dentro do continente, desmistificando a ideia de uma África única e homogênea. Foi durante o processo de pesquisa para a realização dessa atividade que se aproximou a equipe educativa do museu com a temática dos Adinkras.

Referências bibliográficas

CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. *História da África nos anos iniciais do ensino fundamental: os Adinkra*. Salvador: Artegraf, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%A9s/Turma_2014/Eliane_Fatima_Boa_Morte_Do_Carmo.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2022.

IPEAFRO. Adinkra. Disponível em: <<https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/>>. Acesso em 1 de julho de 2022.

Mwana Afrika. *Símbolos Adinkra | Mwana Afrika Oficina Cultural*. Youtube, 20 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4wQ1vuvjiac&list=WL&index=6>>. Acesso em 29 de junho de 2022.

Mapa de África: <https://www.guiageo.com/africa-politico.htm>

NASCIMENTO, Elisa Lakin e GÁ, Luiz Carlos. *Adinkra. Sabedoria em símbolos Africanos*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

NJERI, Aza. *O que é Sankofa? | Série Adinkras EP.01*. Youtube, 28 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3wOAVLKhZU&list=WL&index=5>>. Acesso em 28 de junho de 2022.

PEREIRA, Renata Gonçalves. *Sankofa, o que é? Origem e o que representa para a história.* Disponível em: <<https://segredosdomundo.r7.com/sankofa-significado-simbolo/>>. Acesso em 1 de julho de 2022.

Thiossane Afrika. *Simbologia Adinkra: Legado do Povo Akan [Thiossane Afrika]*. Youtube, 13 de junho de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GunB3gWC7gM&list=WL&index=4>>. Acesso em 29 de junho de 2022.

TV 247. *Pensar Africanamente – Adinkra: símbolos africanos no design brasileiro*. Youtube, 12 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NkXonb27E1c&t=10s>>. Acesso em 29 de junho de 2022.

Educação Indígena: da vida para a escola

Texto de autoria de Ana Vila Pacheco, aluna do curso de graduação em História e estagiária do Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade do Espaço do Conhecimento UFMG

Dona Libertina Ferro e dona Lurdes Evaristo, duas mestras Xakriabá que trabalham com barro, foram convidadas pela Faculdade de Arquitetura da UFMG para serem **professoras da disciplina Arquitetura e Cosmociência**. Ao ensinarem sobre a feitura das casas tradicionais de seu povo, que duram de quatro a seis anos, foram **questionadas** por um aluno se elas não gostariam de ajuda para desenvolver uma técnica para que a casa tivesse maior durabilidade. Ao que dona Libertina respondeu: “Não, meu filho, essa proposta sua é muito perigosa, porque a casa, ela precisa se desfazer entre quatro e seis anos para que eu possa continuar ensinando para meus filhos e para meus netos! Se a casa durar a vida toda, **coloca em risco o ensinamento**, a transmissão deste conhecimento” (XAKRIABÁ, 2020).

Os povos indígenas no Brasil **são muitos e são diversos**. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, viviam no Brasil, em 2010, 896.917 pessoas indígenas, pertencentes a 305 povos, com 274 línguas. Assim, as experiências “educação indígena” e das “escolas indígenas” não são homogêneas. Aliás, o próprio termo “**indígena**”, apesar de seu peso político, não é suficiente para traduzir a diversidade dos **povos originários** (BERGAMASCHI, 2022).

Os modos de vida próprios de cada povo estão refletidos, também, nas suas **formas de ensinar e aprender!** Neste texto, vamos mergulhar nesse tema por meio das práticas educativas de dois povos que localizam-se em Minas Gerais – os **Xakriabá e os Pataxoop**. Você pode conhecer mais sobre esses povos na exposição [Mundos Indígenas](#), nas vozes dos (as) curadores (as) Vicente, Edvaldo e Célia Xakriabá, e Kanatyo e Liça Pataxoop.

Da vida para a escola

Antes da chegada do giz às aldeias Xakriabá, existiu o **tempo do barro e o tempo do Jenipapo**, nos conta Célia Xakriabá, liderança indígena e professora (XAKRIABÁ, 2020). Durante o tempo do barro não havia escrita, mas os conhecimentos eram preservados na memória através da transmissão oral – como ainda é hoje. As mãos que moldavam as casas, os potes, as panelas de barro imprimiam num pedaço da terra o conhecimento tradicional. E

através da escuta e da vivência no território aprendia-se a cantar, a colher, e, principalmente, a fazer artesanato.

O tempo do Jenipapo é fortemente marcado pela **pintura corporal**. Segundo Célia, a pintura demarca a identidade de seu povo através do contato entre o corpo e o espírito (XAKRIABÁ, 2020). Sua transmissão é uma forma de educação indígena, que, para os Xakriabá, está muito ligada à ideia de manutenção da tradição. O tempo do barro atravessa o tempo do Jenipapo, pois, durante uma época de forte perseguição por fazendeiros, os Xakriabá tiveram que pensar uma maneira de esconder, e ao mesmo tempo, preservar sua identidade. Assim, as pinturas corporais passaram a ser guardadas nas cerâmicas, que, por sua vez, eram enterradas.



Aikute: O território nas crianças Xakriabá.

(Créditos: Edgar Kanayõ Xakriabá)

Para Dona Liça, liderança indígena Pataxoop e professora, a escola também está no território. Assim, seu povo pesca o conhecimento do ambiente, “através das imagens da natureza, dos códigos da natureza, dos conhecimentos que temos sobre a natureza” (PATAXOOP; PATAXOOP, 2020, p. 136). Os ventos brandos anunciam que é hora do ritual para as sementes, o voo de algumas aves marca a chegada do Grande Tempo das Águas. Dessa forma, o território é quem ensina, e para aprender, é preciso sentir a natureza.

Essas concepções de ensinar e aprender são bastante **diferentes** daquelas com que estamos acostumados. Desde os tempos da colonização o homem branco negava as formas de educação dos povos indígenas e acreditava que esses deveriam ser civilizados pela escolarização. Na história do Brasil, primeiro através dos colégios jesuítas e posteriormente pela criação de escolas geridas pelo Estado nacional, impôs-se a essa população a catequese e a alfabetização em português, além de proibir-se o uso de suas línguas maternas. A escola, então, servia de instrumento para a introdução dos valores ocidentais brancos e o apagamento da cultura indígena.

Mas os povos indígenas sempre resistiram e lutaram pela transformação desse modelo, e em 1988 garantiram, através da nova Constituição, alguns direitos como o de reconhecimento à diferença. Ainda, em 2008, tornou-se obrigatório o ensino de cultura indígena nas escolas urbanas. Mas esse ensino geralmente estava (e, algumas vezes, está) associado à comemoração do “dia do índio”, que generaliza essa população tão diversa e acaba por reforçar estereótipos e preconceitos. Em 2009, foram elaboradas novas diretrizes para educação escolar indígena, entendendo a escola como um direito que deveria servir à valorização e fortalecimento de sua cultura. Essas transformações caminharam juntas com sua entrada nas universidades, quando passaram a ocupar esse importante espaço de produção de conhecimento.

Desde 2009, a Faculdade de Educação da UFMG mantém o curso de [Formação Intercultural para Educadores Indígenas \(FIEI\)](#), com o objetivo formar professores indígenas em cursos de licenciatura com foco intercultural. O FIEI possui um processo seletivo voltado para estudantes indígenas e ao longo de sua existência formou estudantes dos povos: Xakriabá (MG), Pataxó (MG e BA), Pataxó Hã Hã Hãe (BA), Maxakali (MG), Pankararu (PE), Guarani Mbya (ES e RJ), Guarani Nhandeva (RJ). O curso possui quatro áreas de habilitação: Línguas, Artes e Literaturas; Matemática; Ciências da Vida e da Natureza; e Ciências Sociais e Humanidades. O processo de formação tem como referência a realidade dos povos indígenas e o contexto da educação escolar indígena no país. A relação da UFMG com os povos indígenas, através do FIEI e de outros projetos, resultou nas curadorias Maxakali, Pataxoop, Xakriabá, Yanomami e Ye'kwana da [exposição Mundos Indígenas](#).

Através de diferentes metodologias, os povos indígenas **reinventaram as escolas em seus territórios**. Nas aldeias Xakriabá, desde os anos 1990, vemos um movimento de confrontação com o currículo escolar tradicional. Assim, criaram-se em algumas escolas da Terra Indígena (atualmente 34) os *professores de cultura*, que são responsáveis por trazer elementos da cultura à sala de aula. São aulas de canto, de pintura, de medicina tradicional e muito mais. Eles são escolhidos pelos membros da comunidade e não precisam necessariamente de uma formação escolar para lecionar, pois seus saberes foram adquiridos através de outras vivências!

Já os Pataxoop adotaram a metodologia dos *tehêys de pescaria de conhecimento* na escola da aldeia Muã Mimatxi. Os *tehêys* são desenhos-narrativas desenvolvidos por Dona Liça, professora que leciona a disciplina “Cultura e usos do território”, que funcionam como **registros da história de seu povo** e material didático para a educação de jovens. Eles falam sobre os valores, as tradições, os mitos e a ancestralidade Pataxoop. Assim, transmitem os saberes tradicionais e preservam também a transmissão oral em detrimento da imposição da escrita, ligando a educação indígena à educação escolar.



Tehêy História da Kayãyun,
(Créditos: Dona Liça Pataxoop)

Neste texto, abordamos como os povos Pataxoop e Xakriabá transformaram as escolas e a educação. O giz que chegou às aldeias para apagar a cultura é agora utilizado, nesses casos, para afirmar os direitos dos povos indígenas, valorizando a sua língua e seus saberes tradicionais.

Referências bibliográficas

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; FERREIRA, Bruno; MEDEIROS, Schneider Juliana. Educação, Escola e Povos Indígenas no Brasil. In: GAZOLA, P. Cássia, Kênia et al. (org.) Educação e Nação no Bicentenário da Independência. Belo Horizonte: KMA, 2022, 86-98. Disponível em: <<https://portaldobicentenario.org.br/wp-content/uploads/2022/03/E-Bool-Educacao-e-Nacao-no-Bicentenario.pdf>>

BRAZ, Werymehe Alves; VALADARES, Juarez Melgaço. Educação na aldeia e escola indígena de Muã Mimatxi: o tehêy de pescaria de conhecimento. Educação e Pesquisa, v. 47, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/193613/178619>>

Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI): <https://fiei.fae.ufmg.br/>

PATAXOOP, Liça; PATAXOOP, Kanatyo. O grande tempo das águas. In: Ana Maria Rabelo; LIMA, Deborah; OLIVEIRA, Mariana; MARQUEZ, Renata (org.). Catálogo da exposição Mundos Indígenas. Belo Horizonte, 2020, 135-169. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/wp-content/uploads/2018/03/ec-ufmg_2020_mundos-indigenas_catalogo_web.pdf>

PEREIRA, Verônica Mendes; GOMES, Ana Maria Rabelo. A produção e a circulação da cultura pelas fronteiras da escola indígena Xakriabá. Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240027>>

Povos indígenas no Brasil: Quantos são? Instituto Socioambiental, 2019. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F>

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. PISEAGRAMA, 2020. Disponível em: <<https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>>

As casas indígenas e o prédio mais sustentável das Américas

Texto de autoria de Laura de Souza, estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo e bolsista de extensão do Núcleo de Ações Educativas e Acessibilidade



Centro Sebrae Sustentabilidade

(Fonte: Sebrae)

“Cada moradia deveria ser arquitetada com material local, essa é uma primeira grande questão. Todo bioma, todo ambiente, todo lugar nos oferta as condições para viver ali.” (Bispo, 2023: 37-38). A frase do livro “A terra dá, a terra quer”, do filósofo quilombola Nego Bispo, sintetiza perfeitamente o tema da arquitetura vernacular, que consiste no uso de saberes tradicionais e materiais locais para a construção de habitações. Esse tipo de construção pode ser encontrada no mundo todo em diferentes biomas, e com os povos indígenas aqui no Brasil, não seria diferente. As casas indígenas, apesar de se diferenciarem em todo o país (devido às diferenças culturais e condições climáticas), possuem semelhanças, como a presença de grande espaço sem divisórias, com estruturas de madeira e coberturas de palha.



Casa comunal do povo Yawalapiti

(Fonte: Mirim)



Casa do povo Xavante

(Fonte: Mirim)



Casa tradicional do povo Tuyuka

(Fonte: Mirim)

A ausência de um engenheiro ou arquiteto por trás do projeto (característica importante na arquitetura vernacular) não impediu que essas técnicas seculares tivessem um ótimo desempenho em sua função, sustentabilidade e conforto. E é exatamente esse tópico que é estudado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias Indígenas (Tecnoindia), da Universidade Federal do Mato Grosso. Os professores José Afonso Portocarrero e Maria Fátima Machado, criaram o Núcleo com o objetivo de lançar “um olhar sobre a capacidade de povos indígenas de produzir conhecimento e tecnologia”, como diz Machado. “O desenho das casas indígenas não pode ser considerado como uma coisa que já passou, que não interessa, ele interessa e é muito importante que a gente olhe as coisas que já foram feitas, para as construções mais antigas, e aprender com elas. Respeitá-las, ver o valor e aprender com elas. Exatamente nesse momento em que a gente fala tanto de tecnologia, de avanço, de inovação, muitas vezes há um excesso de uso dessa tecnologia, que é cara também, que custa energia, enquanto as moradias ancestrais utilizavam apenas energia natural. O vento, a insolação, enfim, é esse desenho que a casa indígena traz para a gente nesse mundo contemporâneo”, disse Portocarrero em entrevista para o [programa UFMT Ciência](#).



Estudo de campo em uma hatí, casa tradicional do povo Paresí-Haliti

(Fonte: Tecnoíndia)

Juntamente com Jucimar Ipaikire, primeiro indígena a se formar em arquitetura, suas pesquisas já permitiram a construção de diversos projetos inspirados nas habitações indígenas e no seu desempenho, como o próprio espaço do Núcleo na UFMT e o Centro Sebrae de Sustentabilidade no Mato Grosso (CSS). Jucimar Ipaikire é um colaborador voluntário do Núcleo de Pesquisas Tecnoíndia há vários anos, confeccionando maquetes de habitações de várias etnias de Mato Grosso. Ele é descendente dos antigos Bakairi do Xingu e nasceu na aldeia Pakuera, no município de Paranatinga (MT), onde mantém fortes vínculos familiares.



Maquete da bai, casa tradicional do povo Bororo, produzida por Jucimar Ipaikire (Fonte: Tecnoíndia)

Maquete da kadoety, a casa ceremonial tradicional do povo Bakairi, produzida por Jucimar Ipaikire (Fonte: Tecnoíndia)

Maquete de casa tradicional do povo Yawalapiti, produzida por Jucimar Ipaikire (Fonte: Tecnoíndia)

Jucimar Ipaikire participou da concepção do projeto do CSS, e opina: “Acredito que a cultura é transformação; precisamos evoluir sem esquecer nossa ancestralidade. O Centro Sebrae de Sustentabilidade é um exemplo disso, mostrando a junção entre o tradicional e o tecnológico, algo que aprendi ao conversar com o professor José Afonso durante sua construção. Essa experiência me mostrou como a arquitetura pode se adaptar às necessidades tradicionais, utilizando tecnologias modernas sem perder nossa identidade cultural”.



Interior do Centro de Sebrae de Sustentabilidade (CSS)

(Fonte: Sebrae)

O Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), anexo da sede do Sebrae/MT, possui formato ogival e foi inspirado principalmente na tradição do povo Yawalapiti, no Parque do Xingu. Mas mais do que o formato, o projeto aprofunda sobre as diversas tecnologias indígenas presentes nas suas construções. Vamos conhecer abaixo algumas das características da construção:

Conforto térmico

A edificação foi feita com duas camadas, assim como as camadas de madeira e de palhas que permitem a circulação de ar, proporcionando uma proteção térmica de até menos 5°C que a temperatura externa. Além disso, a camada análoga à palha funciona como brises reguláveis manualmente, elementos para proteção solar, que permitem às pessoas controlarem a entrada

de luz solar ou sombra desejada ao longo do dia. Também, a posição do edifício no terreno foi pensada estrategicamente para ter mais sombra possível, de acordo com a posição do Sol.



Camada dupla da edificação
(Fonte: Sebrae)



Brises solares
(Fonte: Sebrae)

Captação de água da chuva

A camada externa do CSS, além de regular a sombra, possui tecnologia para absorver e armazenar a água da chuva! Dessa forma, a água captada, além de refrescar o prédio, é reutilizada na limpeza dos espaços e na irrigação das inúmeras plantas nativas ao redor.

Iluminação natural

Outro princípio marcante na edificação do CSS é a iluminação máxima natural. Além dos brises que permitem a escolha da entrada de luz disponível nas laterais, na parte mais alta do prédio foram construídos canos de luz espelhados internamente, que iluminam a área de trabalho com tanta potência quanto luminárias elétricas.



Luminárias solares

(Fonte: Sebrae)

Ações sustentáveis

Por fim, para além da construção, o Centro colabora com ações sustentáveis na sua manutenção, como a instalação de microusisas fotovoltaicas, que abastecem 80% da energia do prédio, hortas comunitárias com alimentos locais e uma composteira que transforma todo lixo orgânico em adubo (direcionado para a horta e para o cultivo das plantas nativas do projeto paisagístico).



Microusina Fotovoltaica do CSS

(Fonte: Sebrae)



Foto 1

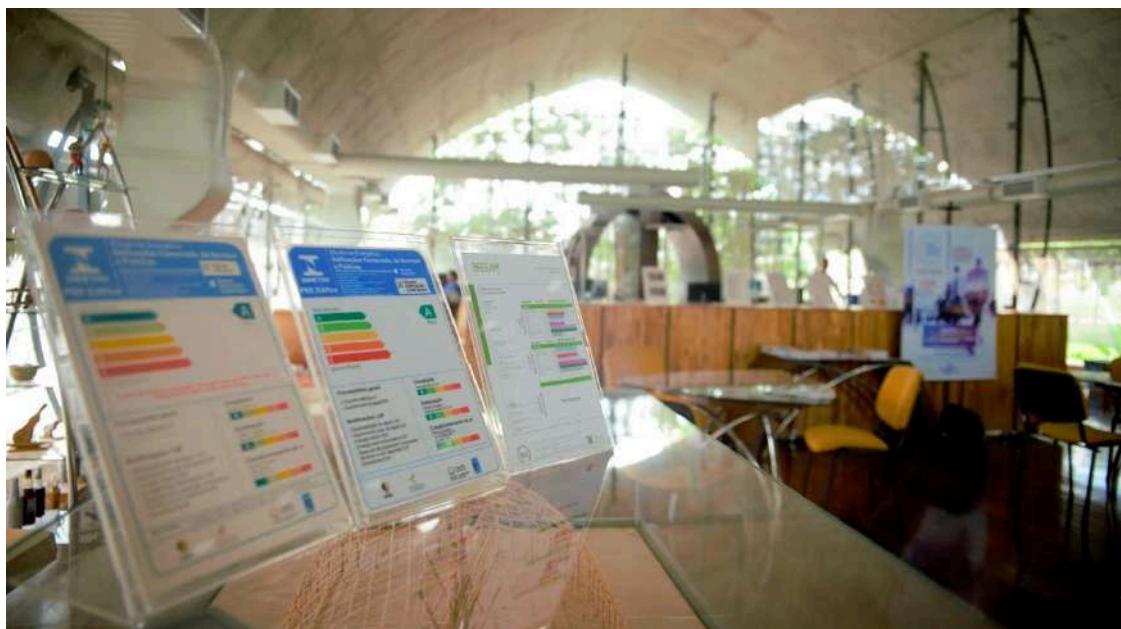


Foto 2

Instalação de compostagem

(Fonte: Sebrae)

A edificação é a primeira a conquistar duas etiquetas A do selo Procel Edifica, um certificado de eficiência energética voluntário para edificações do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, conquistando a nota 5,6 em um total de 6.



Selos Procel Edifica

(Fonte: Sebrae)

Além disso, o CSS é a única edificação nas Américas a conquistar o nível “Excelente” no prêmio BREEAM Awards 2018 (*Building Research Establishment’s Environmental Assessment Method*), sendo avaliado nos aspectos desempenho, gestão da edificação e gestão de uso, e o mais votado pelo público. A BRE (Building Research Establishment Ltd.),

empresa britânica responsável pelo prêmio, é a maior referência de certificação de construção sustentável no mundo.

O objetivo de Portocarrero com o projeto nunca foi alcançar alguma premiação, mas essa é a maior prova de que temos tanto a aprender com os povos tradicionais e suas técnicas de construção quanto eles tem conosco.

Referências bibliográficas

Arquitetura indígena inspirou a construção do moderno Centro Sebrae de Sustentabilidade. Centro Sebrae de Sustentabilidade, Cuiabá, 09 de fev. de 2024. Disponível em: <<https://sustentabilidade.sebrae.com.br/noticias/arquitetura-indigena-inspirou-a-construcao-do-moderno-centro-sebrae-de-sustentabilidade>>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

Arquitetura Vernacular: aprendendo com uma técnica milenar. Vobi, São Paulo. Disponível em:

<<https://www.vobi.com.br/blog/arquitetura-vernacular#:~:text=A%20arquitetura%20vernacular%20brasileira%20%C3%A9,é%20afirma%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade%20nacional>>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

BARATTO, Romullo. Projeto brasileiro vence prêmio de Melhor Edifício Sustentável das Américas. ArchDaily Brasil, 12 de mar. de 2018. Disponível em: <https://archdaily.com.br/br/890563/projeto-brasileiro-vence-premio-de-melhor-edificio-sustentavel-das-americas?ad_campaign=normal-tag>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

Casas. Povos Indígenas no Brasil Mirim. Disponível em: <<https://mirim.org/pt-br/como-vivem/casas>>. Acesso em 16 de out. de 2024.

Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS). Sebrae, 21 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/centro-sebrae-de-sustentabilidade-css,d89190821da4d410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 16 de out. de 2024.

Livro reúne pesquisa sobre arquiteturas e tecnologias indígenas em Mato Grosso. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, Brasília, 23 de abr. de 2021. Disponível em:

<<https://caubr.gov.br/livro-reune-pesquisa-sobre-arquiteturas-e-tecnologias-indigenas-em-mato-grosso/>>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023, p., p. 37-38.

Técnicas Construtivas: Quando arquitetura e sustentabilidade caminham lado a lado. Centro Sebrae de Sustentabilidade, Cuiabá. Disponível em: <<https://sustentabilidade.sebrae.com.br/sobre-nos/tecnicas-construtivas>>. Acesso em 27 de ago. de 2024.

UFMT CIÊNCIA. Conversa com Pesquisador: José Portocarrero (Arquitetura). YouTube, 26 de jul. de 2013. 10min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-yy9c3rMkOE>>. Acesso em 27 de ago. de 2024.



Lei de
Incentivo
à Cultura
Lei Rouanet

DESCENTRALIZADA
CULTURA
Lei nº 24.462
26/09/2023
LEIC: CA:2018.13609.0184

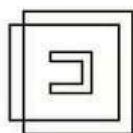
patrocínio



apoio



realização



Espaço do
Conhecimento
UFMG

PROCULT
PRÓ-REITORIA
DE CULTURA

U F *m* G

CÍRCUITO
MG LIBERDADE



CULTURA E
TURISMO

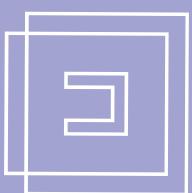


MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Espaço do
Conhecimento
UFMG